

Informações Trimestrais

Unidas S.A. e Empresas Controladas

30 de setembro de 2014 e 2013

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Informações Trimestrais

30 de setembro de 2014 e 2013

Índice

Comentário de desempenho
Balancos patrimoniais
Demonstrações de resultados
Demonstrações de resultados abrangentes
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa
Demonstrações do valor adicionado
Notas explicativas às informações trimestrais
Relatório de revisão dos auditores independentes
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

São Paulo, 03 de Novembro de 2014 - A Unidas S.A. (“Companhia” ou “Unidas”) anuncia os seus resultados do terceiro trimestre de 2014 (3T14). As informações financeiras são apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado o contrário. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS – 3T14 e 9M14

Receita Líquida Consolidada atinge R\$735,0 MM nos 9M14 e cresce 22,5% em comparação aos 9M13. No mesmo período, o EBITDA cresce 16,6% para R\$241,0 MM e o Lucro Líquido cresce 71,5% chegando aos R\$36,7 MM.

A **Receita Líquida consolidada** da Companhia no **acumulado do ano** apresentou um aumento de **22,5%**, passando de R\$600,0 MM nos 9M13 para **R\$735,0 MM** nos **9M14**. No **3T14**, o valor da Receita Líquida consolidada foi de **R\$261,9 MM** apresentando um aumento de **24,9%**, quando comparado aos R\$209,7 MM do 3T13.

A **Receita Líquida** dos negócios de **Locação (RAC + TF + Franquias)** no **acumulado do ano** apresentou um crescimento de **13,2%**, passando de R\$374,0 MM nos 9M13, para **R\$423,5 MM** nos **9M14**. Já no **3T14**, o aumento foi de **8,8%**, passando de R\$133,0 MM no 3T13, para **R\$144,7MM** no mesmo período de 2014.

A **Receita Líquida** do segmento de **Aluguel de Carros – RAC** (excluindo Franquias) no período de nove meses atingiu **R\$194,3 MM**, **41,4%** superior à Receita Líquida dos 9M13. No **3T14**, o crescimento foi de **34,1%** passando de R\$50,4 MM no 3T13, para **R\$67,6 MM**.

A **Taxa de Ocupação** dos veículos no segmento de **Aluguel de Carros – RAC** (excluindo Franquias) foi de **75,5%** nos **9M14**, 2,7 p.p. acima dos 72,8% apresentados no mesmo período de 2013.

A **Receita Líquida** do segmento de **Seminovos** apresentou crescimento de **37,8%**, passando de R\$226,0 MM nos 9M13 para **R\$311,5 MM** nos **9M14**, devido ao aumento de **25,6%** no número de carros vendidos e de **9,7%** de aumento no preço médio de venda. No **3T14**, o crescimento da Receita Líquida foi de **52,8%**, passando de R\$76,7 MM no 3T13 para **R\$117,2 MM** no **3T14**, resultante do aumento de **28,4%** no número de carros vendidos e do aumento no preço médio de venda em **18,9%**.

O **EBITDA Consolidado** no período dos nove meses apresentou um crescimento de **16,6%**, passando de R\$206,7 MM nos 9M13, para **R\$241,0 MM** nos **9M14**. Já no **3T14**, o EBITDA foi de **R\$88,4 MM** superior em **15,7%** aos R\$76,4 MM do 3T13.

O **EBITDA do Segmento de Seminovos** no período dos nove meses apresentou um crescimento de **152,6%**, passando de R\$9,5 MM nos 9M13, para **R\$24,0 MM** nos **9M14**. Já no **3T14**, o EBITDA foi de **R\$11,8 MM** superior em **162,2%** aos R\$4,5 MM do 3T13.

O **EBIT** apresentou no acumulado do ano um crescimento de **38,4%** quando comparado ao mesmo período de 2013, passando de R\$82,1 MM para **R\$113,6 MM**. No **3T14**, o valor foi de **R\$45,6 MM**, ou seja, **36,9% superior** ao valor de R\$33,3 MM do 3T13.

O **Lucro Líquido** dos **9M14** foi de **R\$36,7 MM**, representando um **crescimento de 71,5%** em relação aos 9M13. No **3T14**, o **Lucro Líquido** de **R\$13,3 MM** cresceu 33,0%. Já o Lucro Líquido Ajustado (eliminando os custos não recorrentes e o impacto dos impostos diferidos) cresceu 83,2% **no acumulado do ano** e 110,3% no **3T14**, para **R\$42,5MM** e **R\$22,5 MM**, respectivamente.

Conclusão do processo da 5ª Emissão de debêntures no montante de R\$120 milhões, pelo prazo de 5 anos e sem garantias (“clean”).

A **Dívida Líquida / EBITDA (LTM)** reduziu de 2,4x no final do 3T13 para **2,0x** no final do **3T14**.

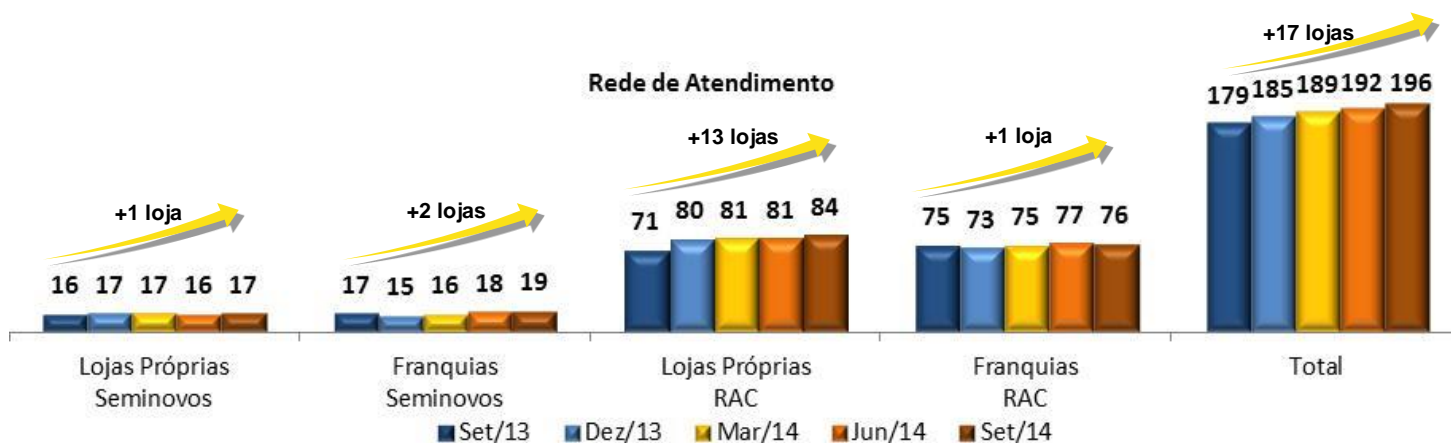
Dados Econômico Financeiros (R\$ MM)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Receita Líquida Consolidada	261,9	209,7	24,9%	735,0	600,0	22,5%
EBITDA Consolidado	88,4	76,4	15,7%	241,0	206,7	16,6%
Receita Líquida de Locação (RAC + TF + Franquias)	144,7	133,0	8,8%	423,5	374,0	13,2%
EBITDA Negócios Locação (RAC + TF + Franquias)	76,6	71,9	6,5%	217,0	197,3	10,0%
Margem EBITDA dos Negócios de Locação	52,9%	54,1%	(1,2) p.p.	51,2%	52,8%	(1,6) p.p.
Receita de Seminovos	117,2	76,7	52,8%	311,5	226,0	37,8%
EBIT	45,6	33,3	36,9%	113,6	82,1	38,4%
EBT	21,9	14,4	52,1%	44,5	33,7	32,0%
Lucro Líquido	13,3	10,0	33,0%	36,7	21,4	71,5%
Lucro Líquido Ajustado	22,5	10,7	110,3%	42,5	23,2	83,2%
Dívida Líquida	632,6	629,1	0,6%	632,6	629,1	0,6%
Dívida Líquida / EBITDA (LTM)	2,0x	2,4x	(0,4)x	2,0x	2,4x	(0,4)x

Dados Operacionais	9M14	9M13	Var.
Frota no Final do Período	40.296	38.768	3,9%
Nº de Colaboradores Próprios no Final do Período	1.153	1.062	8,6%
Rede de Atendimento no Final do Período	196	179	9,5%

* Lucro Líquido Ajustado (elimina o efeito dos Impostos Diferidos e dos gastos não recorrentes com o processo do IPO (Initial Public Offering)).

1- REDE DE ATENDIMENTO UNIDAS

No 3T14, a Unidas abriu 4 novos pontos de atendimento a Clientes, passando assim de 192 pontos, no final do 2T14, para 196 ao final do 3T14. Em relação ao final do 3T13 o número de pontos de atendimento cresceu 17 unidades.

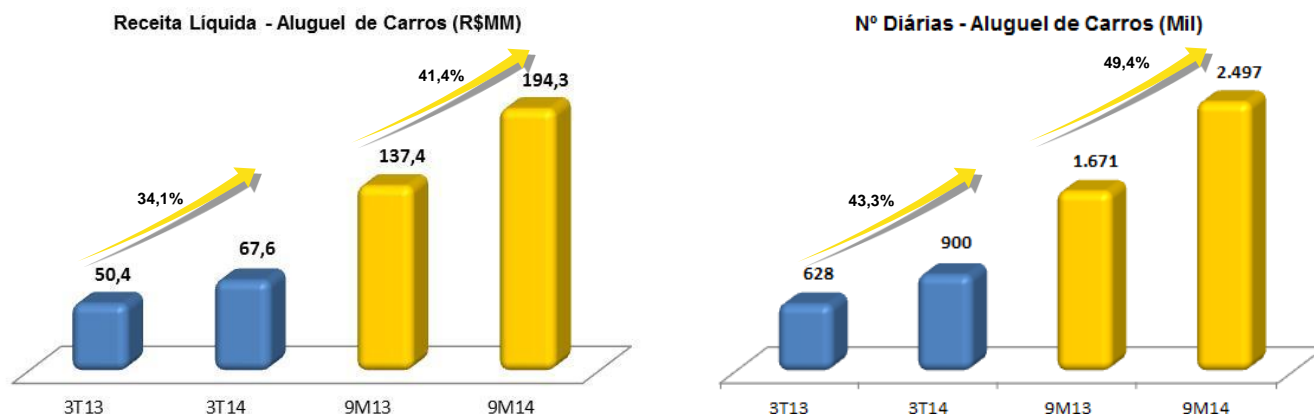


2 - SEGMENTO DE ALUGUEL DE CARROS (RAC)

No 3T14, a Receita Líquida relacionada ao segmento de Aluguel de Carros – RAC (não inclui Franquias), apresentou um aumento de 34,1% em relação ao 3T13, passando de R\$50,4 MM para R\$67,6 MM.

Nos 9M14, o crescimento foi de 41,4%, no comparativo com os 9M13, passando de R\$137,4 MM para R\$194,3 MM.

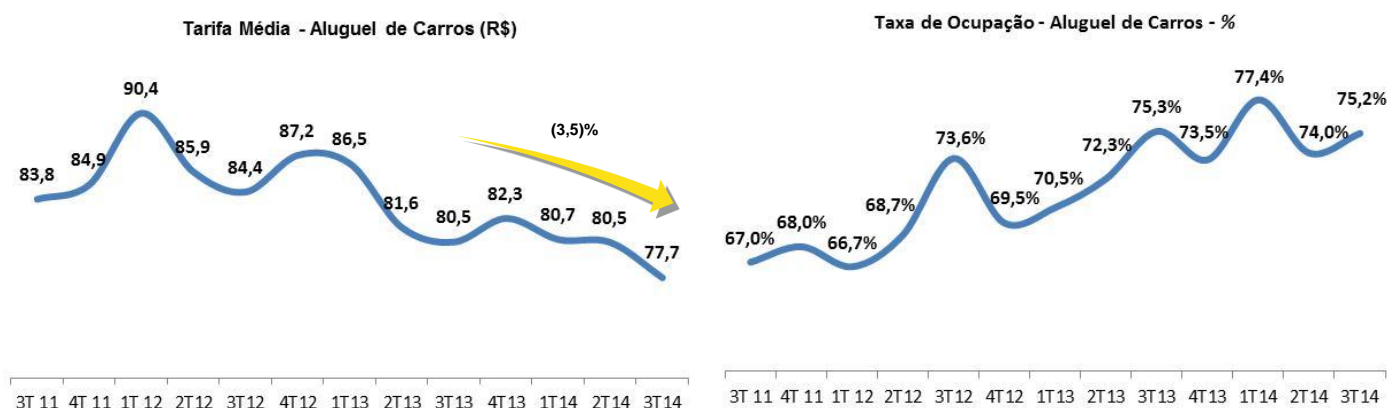
Em número de diárias o crescimento foi de 43,3% no trimestre e de 49,4% no acumulado do ano.



A Tarifa Média diária praticada no segmento de RAC no 3T14 foi de R\$77,7, inferior em 3,5% ao valor apurado no 3T13, que foi de R\$80,5. Esta redução da Tarifa Média diária é explicada pelo aumento do peso das receitas de aluguel em segmentos que apresentam um ticket médio inferior à média geral da Companhia. Esses segmentos, como por exemplo, o dos veículos de substituição das seguradoras (*“replacement”*), têm prazos de locação mais longos e não apresentam sazonalidade de demanda, o que permite obter taxas de ocupação mais elevadas.

No acumulado do ano de 2014 a Taxa de Ocupação foi de 75,5%, 2,7 p.p. superior à verificada nos 9M13. No 3T14, a taxa de ocupação foi de 75,2%, mantendo-se em linha com a taxa de 75,3% obtida no 3T13.

Esse resultado reflete a busca contínua por eficiência na utilização da frota operacional da Companhia.



*Tarifa média – Aluguel de Carros é calculada com base na receita bruta dividida pelo número de diárias, excluindo as diárias de locação interna e os itens não considerados como componente da tarifa (ex: avarias debitadas a Clientes).

3 - SEGMENTO DE TERCEIRIZAÇÃO DE FROTA (TF)

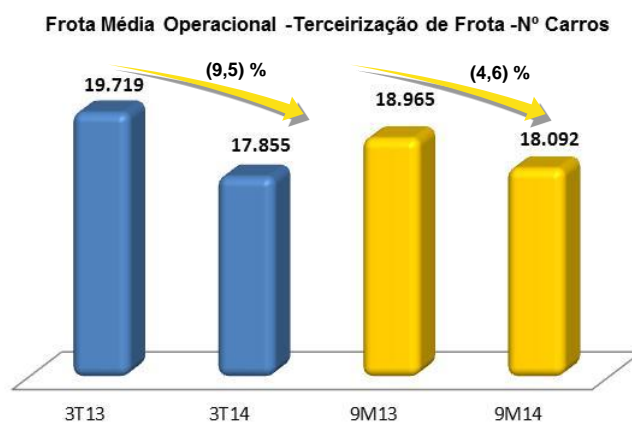
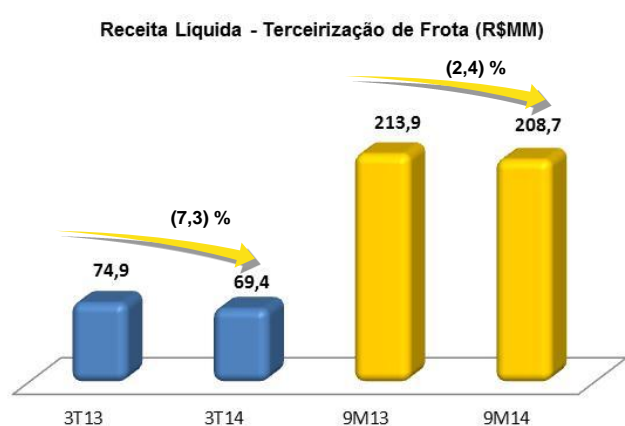
No 3T14, a Receita Líquida proveniente do negócio de Terceirização de Frota – TF apresentou uma queda de 7,3% com relação ao 3T13, passando de R\$74,9 MM para R\$69,4 MM.

Nos 9M14, a Receita Líquida do negócio de Terceirização de Frota – TF apresentou uma queda de 2,4% com relação aos 9M13, passando de R\$213,9 MM nos 9M13 para R\$208,7 MM nos 9M14.

Já a frota média operacional reduziu em 9,5% no 3T14 e em 4,6% nos 9M14, quando comparado com os mesmos períodos do ano anterior.

Comparando com o 2T14, a frota média operacional cresceu 0,4% de 18.780 veículos no 3T13 para 17.855 veículos no 3T14.

Esta redução da frota média é resultado de um ambiente mais competitivo em termos de preço, no qual a Companhia manteve a sua postura conservadora visando rentabilizar o capital investido.

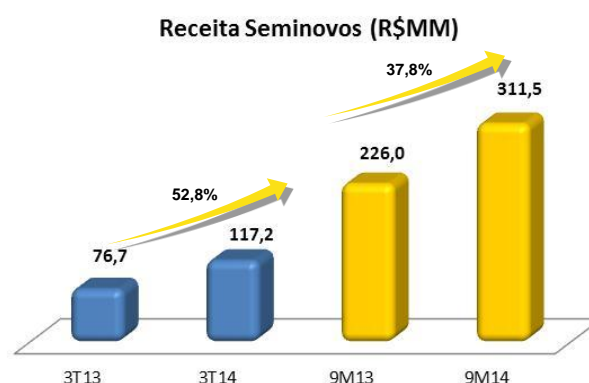
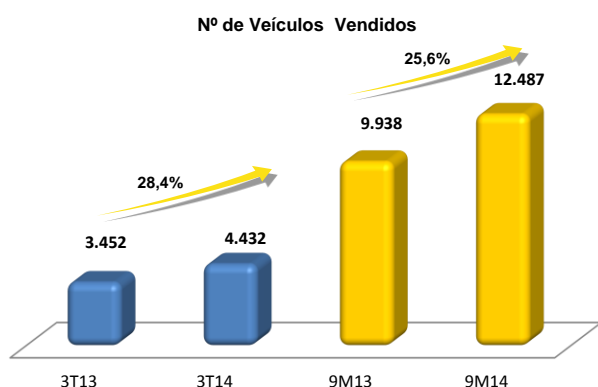


4 - SEMINOVOS

O volume de carros vendidos para renovação da frota apresentou uma receita de R\$117,2 MM no 3T14, representando um aumento de 52,8% em relação ao 3T13, resultado este do aumento da quantidade de veículos vendidos em 28,4% e pelo aumento de 19% no preço médio de venda dos veículos que foi de R\$26.444.

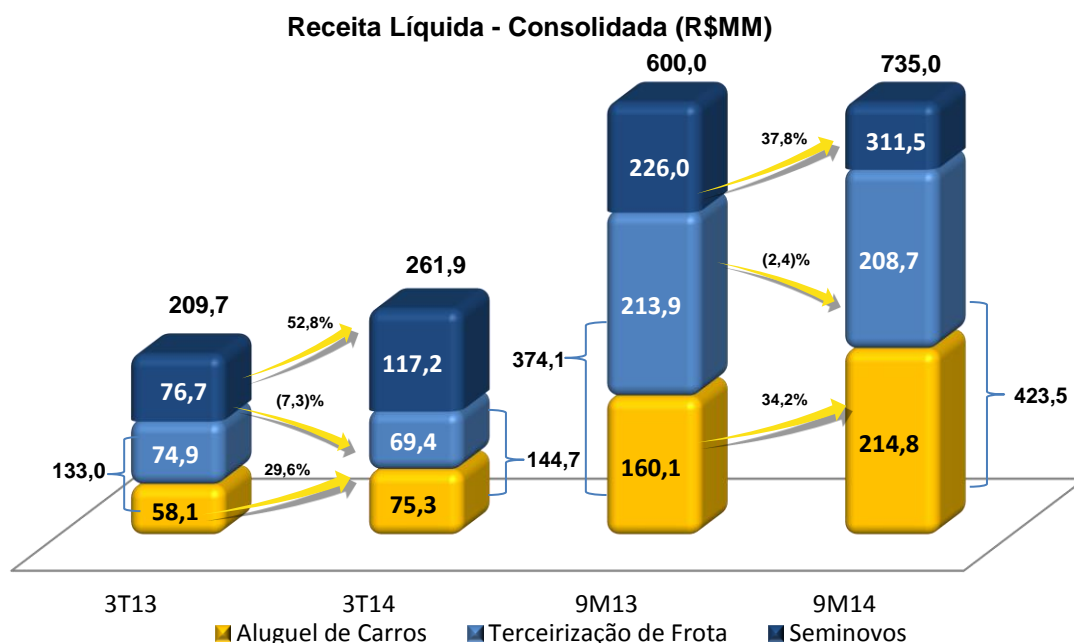
No período acumulado de 2014, o aumento foi de 37,8%, passando de R\$226,0 MM nos 9M13 para R\$311,5 MM no mesmo período de 2014, resultado este do aumento de 25,6% na quantidade dos veículos vendidos e do aumento de 9,7% no preço médio de venda dos mesmos, que foi de R\$24.946.

No final do 3T14, o estoque de veículos para venda era de 3.263 unidades.



5 - RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

No 3T14, a Receita Líquida Consolidada da Companhia foi de R\$261,9 MM, apresentando uma elevação de 24,9% quando comparada aos R\$209,7 MM obtidos no 3T13. Na comparação do acumulado de 2014 com o mesmo período em 2013, o crescimento apresentado foi de 22,5%, passando de R\$600,0 MM para R\$735,0 MM.



A Receita Líquida dos negócios de locação (RAC + TF + Franquias) no 3T14 foi de R\$144,7 MM, sendo 8,8% superior à do 3T13, que foi de R\$133,0 MM. Nos 9M14, a Receita Líquida dos negócios de locação foi de R\$423,5 MM, superior em 13,2% aos R\$374,0 MM dos 9M13.

6 - CUSTOS E DESPESAS

No 3T14, o Custo Operacional excluindo o Custo dos Veículos Vendidos apresentou um decréscimo de 3,8% no comparativo com o 3T13, passando de R\$84,6 MM para R\$81,4 MM, devido aos seguintes fatores; i) aumento de 12,5% no Custo de Pessoal devido a abertura de novas lojas de Aluguel de Carros e de Venda de Seminovos ocorrida no período; e ii) decréscimo de Outros Custos em 50,8%, devido a redução das provisões de veículos roubados e sinistrados.

Nos 9M14, o Custo Operacional excluindo o Custo dos Veículos Vendidos apresentou um crescimento de 3,7% quando comparado aos 9M13, passando de R\$241,9 MM para R\$250,8 MM, devido aos seguintes fatores: i) aumento de 14,1% no Custo de Pessoal; ii) aumento de 9,4% nas Despesas de Manutenção de Veículos resultante do aumento da frota média operacional no período em 9,1%; iii) decréscimo de Outros custos em 20,6%, devido a redução das provisões de veículos roubados e sinistrados.

No 3T14, o Custo dos Veículos Vendidos cresceu 43,5%, abaixo do crescimento da receita de seminovos, que foi de 52,8% no período, evidenciando assim uma melhoria da margem de venda. Nos 9M14, o Custo dos veículos vendidos cresceu 34,0%, também abaixo do crescimento da receita de seminovos que foi de 37,8%

Custos Operacionais (R\$MM)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Custo de Pessoal	9,9	8,8	12,5%	30,0	26,3	14,1%
Despesas de Manutenção de Veículos	28,2	28,8	(2,1)%	88,6	81,0	9,4%
Depreciação e Amortização	40,1	40,5	(1,0)%	119,5	118,6	0,8%
Outros	3,2	6,5	(50,8)%	12,7	16,0	(20,6)%
Subtotal Custos	81,4	84,6	(3,8)%	250,8	241,9	3,7%
Custo dos Veículos Vendidos	97,9	68,2	43,5%	268,2	200,1	34,0%
Custo Operacional Total	179,3	152,8	17,3%	519,0	442,0	17,4%
% da Receita Líquida	68,5%	72,9%	(4,4) p.p.	70,6%	73,7%	(3,1) p.p.

No 3T14, as Despesas Operacionais atingiram R\$37,0 MM, apresentando um aumento de 56,8 % quando comparado ao 3T13. As Despesas Comerciais apresentaram no 3T14 um aumento de 135,1%, devido ao aumento das Despesas com Vendas relacionadas ao crescimento da receita do RAC; e de 18,2 % nas Despesas Gerais e Administrativas que cresceram devido ao aumento das despesas de pessoal e aos gastos não recorrentes com o processo do IPO (*Initial Public Offering*), que foi cancelado no final do primeiro trimestre de 2014 devido às condições adversas nos mercados doméstico e internacional.

Já no acumulado do ano, o total das Despesas Operacionais apresentou um crescimento de 35,0%, passando de R\$75,9 MM nos 9M13 para R\$102,5 MM nos 9M14, basicamente pelas mesmas razões apontadas na comparação trimestral.

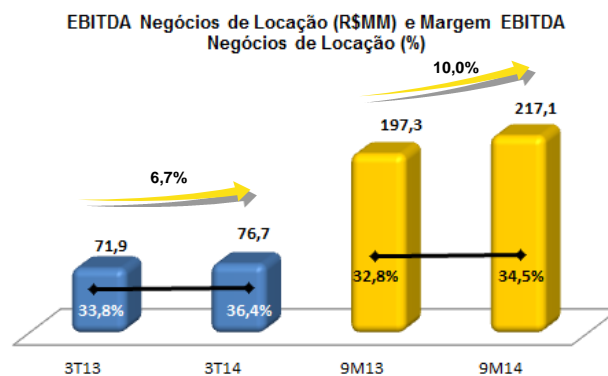
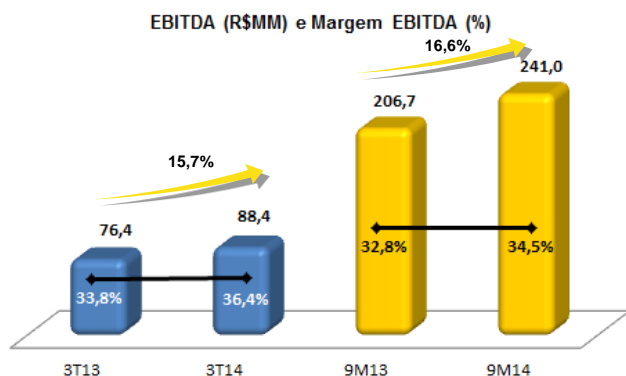
Despesas Operacionais (R\$MM)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Despesas Comerciais	13,4	5,7	135,1%	36,3	22,9	58,5%
Despesas Gerais e Administrativas	21,4	18,1	18,2%	60,0	50,3	19,3%
Honorários da Administração	0,7	0,6	16,7%	2,0	1,9	5,3%
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	1,5	(0,8)	(287,5)%	4,2	0,8	425,0%
Despesa Operacional Total	37,0	23,6	56,8%	102,5	75,9	35,0%
% da Receita Líquida	14,1%	11,3%	2,8 p.p.	13,9%	12,7%	1,2 p.p.

7 - EBITDA

No 3T14, o EBITDA consolidado foi de R\$88,4 MM, ou seja, 15,7% superior aos R\$76,4MM obtidos no 3T13.

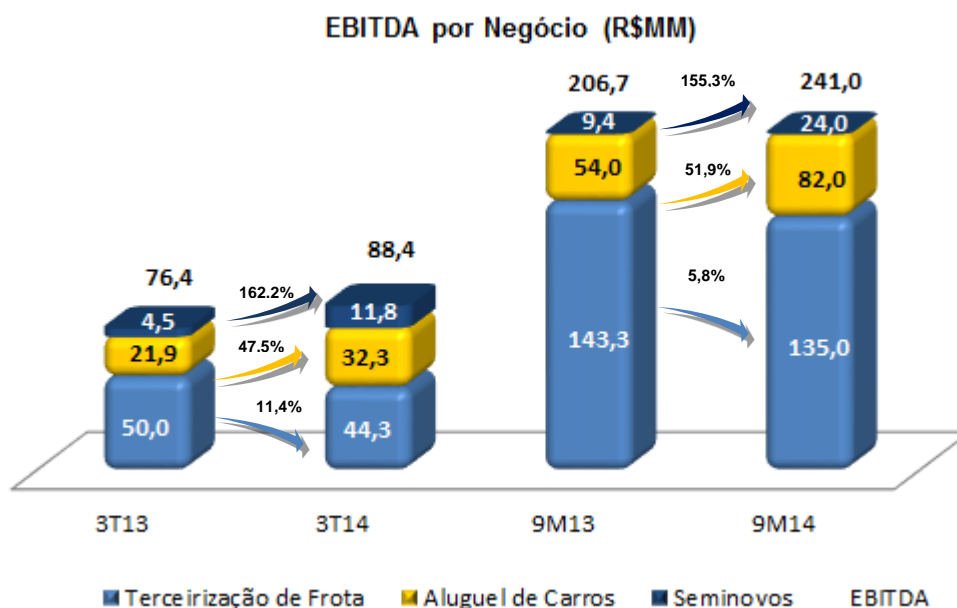
A Margem EBITDA de Locação foi de 53,0%, ou seja, 1,1 p.p. inferior à margem do 3T13, devido essencialmente ao forte crescimento do negócio RAC, que apresenta margens EBITDA inferiores às do negócio de TF.

Nos 9M14, o EBITDA consolidado apresentou crescimento de 16,6%, passando de R\$206,7 MM nos 9M13 para R\$241,0 MM nos 9M14.



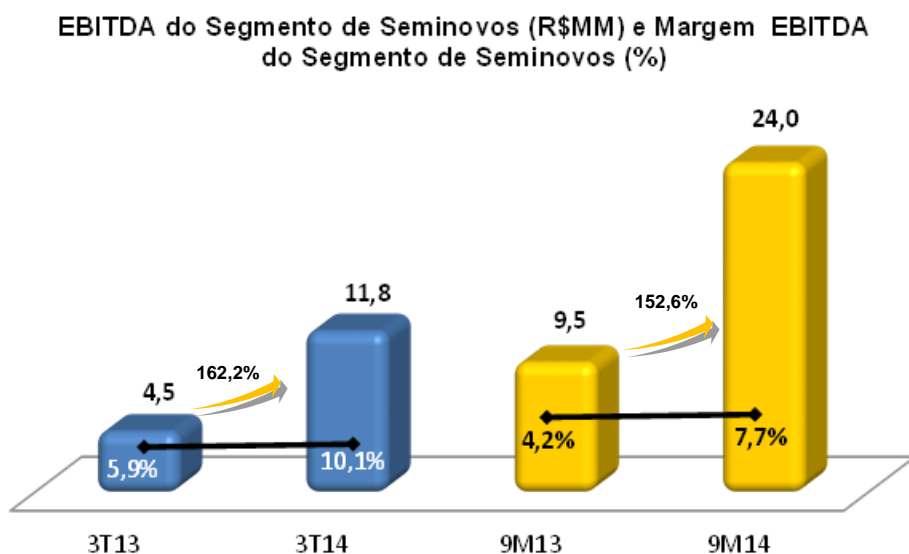
No comparativo dos Trimestres (3T14 x 3T13), o EBITDA do segmento de Aluguel de Carros cresceu 43,4% e a margem EBITDA cresceu 3,9 p.p. para 41,7%. Já no negócio de Terceirização de Frotas, o EBITDA reduziu 9,4% e a margem EBITDA reduziu em 1,5 p.p. para 65,2%, devido à redução da frota média operacional.

No acumulado do ano, o EBTIDA do segmento de Aluguel de Carros cresceu 51,9% e a respectiva margem aumentou em 4,5 p.p. para 38,2%. No negócio de Terceirização de Frotas o EBITDA caiu 5,8% e a margem EBITDA reduziu em 2,3 p.p para 64,7%.



	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Aluguel de Carros	42,9%	37,7%	5,2 p.p.	38,2%	33,7%	4,5 p.p.
Terceirização de Frota	63,7%	66,7%	(3,0) p.p.	64,7%	67,0%	(2,3) p.p.
Total Locação	52,9%	54,1%	(1,2) p.p.	51,2%	52,8%	(1,6) p.p.

No comparativo dos Trimestres (3T14 x 3T13), o EBITDA do segmento de Seminovos cresceu 162,2% e a margem EBITDA cresceu 4,2 p.p. para 10,1%. Já no Acumulado o EBITDA cresceu 152,6% e a margem EBITDA cresceu em 3,5 p.p. para 7,7%, isso se deve a uma política conservadora da Companhia na hora de estimar o valor residual dos seus veículos e à uma pela melhoria no mercado de seminovos em 2014.



Conforme norma da CVM segue abaixo a tabela com a conciliação do EBITDA da Companhia:

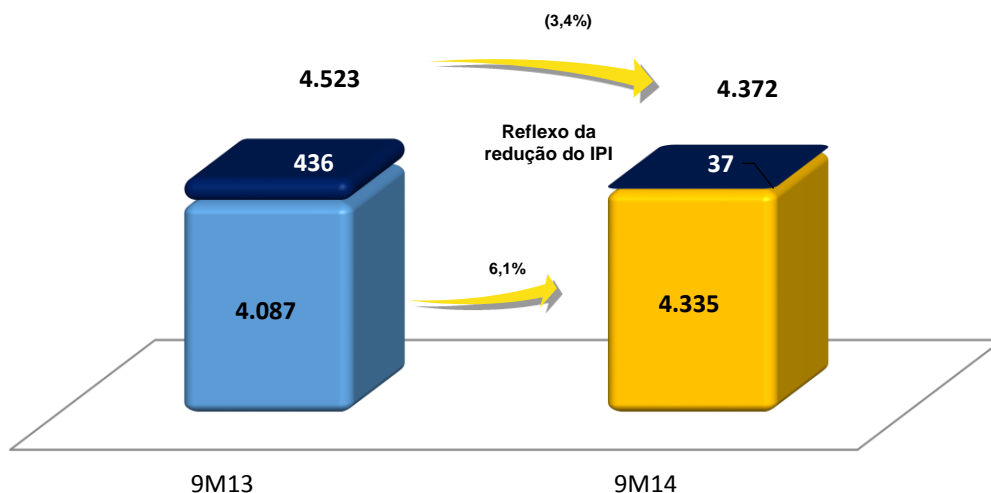
EBITDA (R\$mil)	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
(=) Lucro Líquido do período	36.718	21.422	36.718	21.422
(+) Impostos sobre os lucros	9.861	4.054	7.826	12.324
(+) Despesas financeiras líquidas	66.849	47.773	69.046	48.352
(+) Depreciação e amortização	121.404	108.655	127.430	124.613
(+) Participação em sociedades controladas	(18.331)	(21.936)	-	-
(=) EBITDA	216.501	159.968	241.020	206.711
EBITDA de Locação	192.528	150.459	217.047	197.202
Receita líquida de locação	282.257	230.347	423.487	374.074
Margem EBITDA de Locação (%)	68,2%	65,3%	51,3%	52,7%

8 - DEPRECIACÃO

A depreciação anual média por carro teve uma redução de 3,4% no comparativo entre os períodos de (9M13 X 9M14), passando de R\$4.523 nos 9M13 para R\$4.372 nos 9M14. Esta redução deve-se à diferença do reconhecimento da depreciação adicional realizada pela Companhia, decorrente da redução do IPI para os veículos novos (ocorrida a partir de 21 de maio de 2012) no valor de R\$17,2MM (nos 9M13) e de R\$1,6 MM (nos 9M14).

Excluindo-se o efeito da depreciação adicional, a depreciação média por carro nos 9M14 ficaria em R\$4.335, ou seja, 6,1% superior à obtida nos 9M13, este aumento é em parte explicado pela aquisição da Best Fleet, que possui veículos com preço unitário acima da média da Unidas. Além disso, as compras dos veículos realizadas ao longo do período dos nove meses de 2014 apresentam um preço médio 6,8% acima do valor praticado no mesmo período de nove meses de 2013, devido ao *mix* de compra de veículos com maior valor agregado.

Depreciação por carro (R\$/ano)



A depreciação adicional decorrente da isenção do IPI já registrada nas contas da Companhia em 2012, 2013 e 2014, bem como aquelas que estimamos registrar no futuro estão descritas na tabela abaixo.

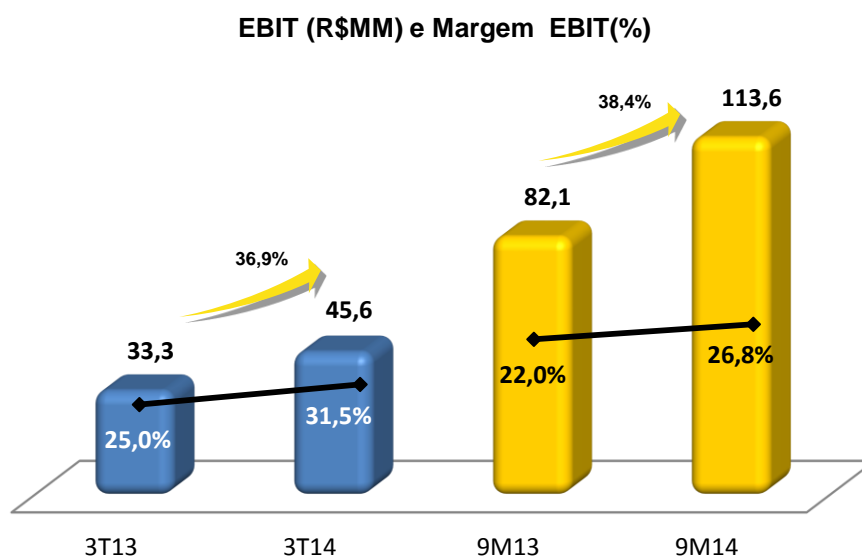
Depreciação adicional (R\$MM)	Realizada				Estimada		
	2012	2013	Subtotal	9M14	4T14 (E)	Total 2014	Total
	36,7	19,8	56,5	1,6	0,2	1,8	58,3
	63,0%	33,9%	96,9%	2,7%	0,3%	3,1%	100,0%

9- EBIT

No 3T14, o EBIT consolidado foi de R\$45,6 MM, ou seja, 36,9% superior ao valor obtido no 3T13, beneficiado essencialmente pelo aumento do EBITDA.

No acumulado de 2014, o EBIT consolidado foi 38,4% superior ao obtido no mesmo período de 2013, passando de R\$82,1 MM para R\$113,6 MM.

EBIT (R\$MM)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
EBIT	45,6	33,3	36,9%	113,6	82,1	38,4%
Margem EBIT (Sobre Receita de Locação)	31,5%	25,0%	6,5 p.p.	26,8%	22,0%	4,8 p.p.



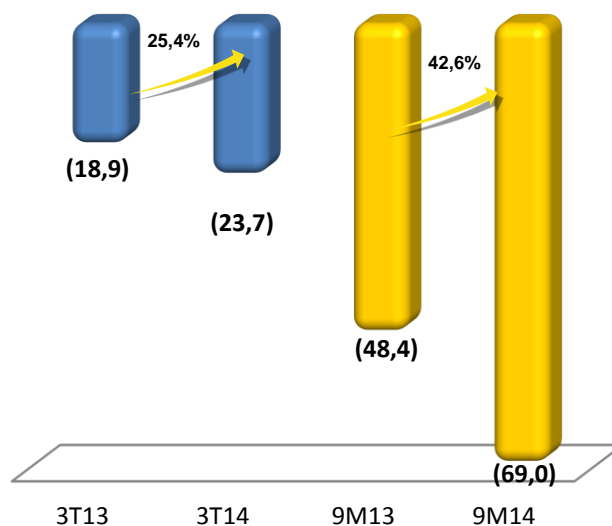
10- RESULTADO FINANCEIRO

No 3T14, a Companhia apresentou um Resultado Financeiro de R\$23,7 MM, o que representou um aumento de 25,4% frente ao Resultado Financeiro do 3T13. Esta elevação da Despesa Financeira Líquida foi decorrente do aumento do CDI médio no período, que cresceu 210 bps (*basis point*), entre o 3T13 e o 3T14, bem como pelo aumento do endividamento líquido da Companhia no período, fruto do crescimento orgânico dos negócios de locação, principalmente no segmento do Aluguel de Carros (RAC).

No comparativo do acumulado do ano, o aumento do Resultado Financeiro foi de 42,6% pelas mesmas razões apresentadas acima.

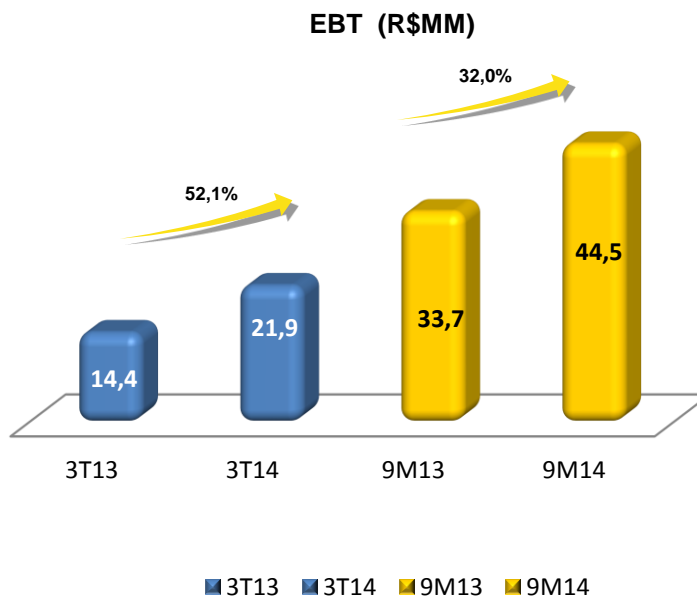
Resultado Financeiro (R\$MM)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Receitas Financeiras	5,6	1,8	211,1%	17,1	8,2	108,5%
Despesas Financeiras	(29,3)	(20,7)	(41,5)%	(86,1)	(56,6)	(52,1)%
Resultado Financeiro	(23,7)	(18,9)	(25,4)%	(69,0)	(48,4)	(42,6)%

Resultado Financeiro (R\$MM)



11 - EBT

No 3T14, o Lucro Antes de Impostos da Companhia (EBT) atingiu R\$21,9 MM, resultado este 52,1% superior ao obtido no 3T13. Nos 9M14, houve um crescimento de 32,0%, passando de R\$33,7 MM nos 9M13, para R\$44,5 MM.



12 - RESULTADO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Demonstração do Resultado (R\$MM)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Receita Líquida	261,9	209,7	24,9%	735,0	600,0	22,5%
Custos Operacionais	(179,3)	(152,8)	17,3%	(519,0)	(442,0)	17,4%
Lucro Bruto	82,6	56,9	45,2%	216,0	158,0	36,7%
Despesas Operacionais	(37,0)	(23,6)	56,8%	(102,5)	(75,9)	35,0%
Despesas Financeiras Líquidas	(23,7)	(18,9)	25,4%	(69,0)	(48,4)	42,6%
Lucro antes dos Impostos (EBT)	21,9	14,4	52,1%	44,5	33,7	32,0%
Imposto Corrente (IRPJ e CSLL)	(0,4)	(3,7)	(89,2)%	(4,1)	(10,5)	(61,0)%
Imposto Diferido	(8,2)	(0,7)	(1071,4)%	(3,7)	(1,8)	105,6%
Lucro Líquido do Período	13,3	10,0	33,0%	36,7	21,4	71,5%
Lucro Líquido Ajustado	22,5	10,7	110,3%	42,5	23,2	83,2%

A Companhia auferiu no 3T14 um Lucro Líquido de R\$13,3 MM, resultado este superior em 33,0% ao lucro obtido no 3T13. Nos 9M14, o Lucro Líquido cresceu 71,5% chegando a R\$36,7MM.

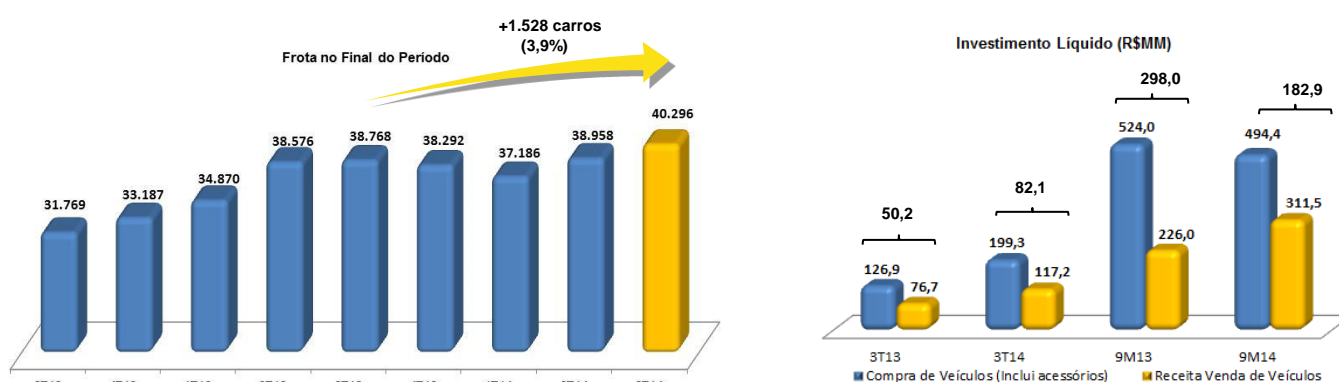
Entretanto, ao excluirmos o efeito dos Impostos Diferidos e dos gastos efetuados com o IPO, o Lucro Líquido Ajustado do 3T14 é R\$22,5 MM superior ao do 3T13 em 110,3%. Já no período de nove meses, a variação é positiva em 83,2%, passando de R\$23,2MM, nos 9M13, para R\$42,5 MM nos 9M14.

A Alíquota de Imposto Corrente (Caixa) da Companhia no período acumulado, reduziu em 21,7 p.p., passando de 31,2% nos 9M13 para 9,5% nos 9M14.

13 - FROTA

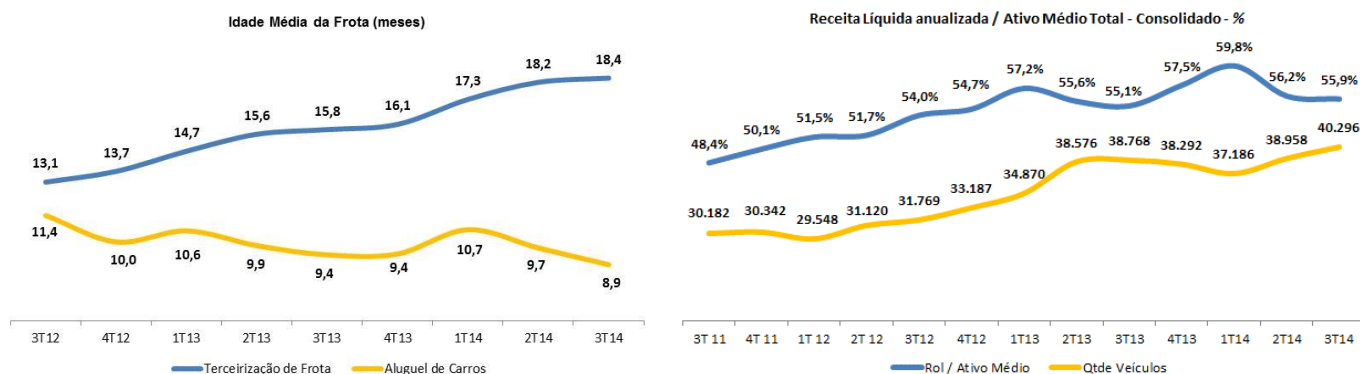
A frota total da Companhia no final do 3T14 atingiu 40.296 veículos, representando um crescimento de 1.528 carros, ou 3,9%, em relação à posição no final do 3T13. Esta variação resultou de um aumento de 7% na frota operacional e uma redução de 19% no estoque de Seminovos.

O Investimento Líquido em frota no 3T14 ficou em R\$82,1 MM superior em 63,5% do valor líquido de R\$50,2 MM investido no 3T13. Nos 9M14, o Investimento Líquido foi de R\$182,9 MM, 38,6% abaixo do ocorrido nos 9M13.



No 3T14, houve um crescimento na idade média dos veículos da Companhia no segmento de Terceirização de Frota – TF, devido à redução da frota operacional. No segmento de RAC (excluindo Franquias) houve uma redução na idade média dos veículos, devido ao maior número de veículos adquiridos no trimestre.

A Receita Líquida anualizada como percentual do Ativo Médio Total (Giro do Ativo) apresentou aumento de 0,8 p.p no comparativo do 3T13 com o 3T14, representando uma maior eficiência no uso dos ativos da Companhia.



14 - DÍVIDA

No final do 3T14, o endividamento bruto da Unidas, incluindo os encargos, atingiu R\$824,6 MM que, descontando o valor do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras, resultaram numa dívida líquida de R\$632,6 MM.

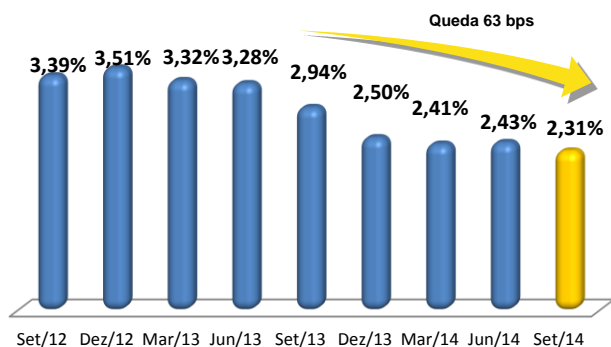
Composição da Dívida em 31/09/14			
Instrumento	Custo Médio	Saldo (R\$ MM)	%
2ª Emissão de Debêntures	CDI + 3,17%	375,6	45,5%
3ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,80%	120,3	14,6%
4ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,80%	208,9	25,3%
5ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,81%	119,8	14,5%
Total da Dívida Bruta		824,6	100,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras de Uso Restrito		(192,0)	
Total da Dívida Líquida		632,6	

A Companhia vem trabalhando continuamente na melhora do seu perfil de dívida, o que vem resultando numa gradual melhora no custo médio de financiamento.

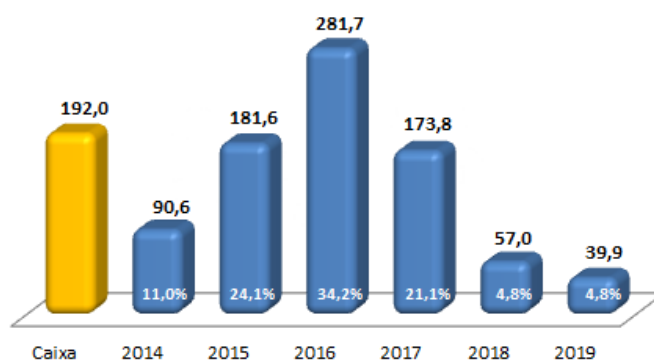
Em 15 de setembro de 2014, a Companhia concluiu a sua 5ª Emissão de debêntures no montante de R\$120 milhões, com o objetivo de refinanciamento de parte da sua dívida, pelo prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais e amortizações anuais a partir de 15 de setembro 2017, e sem garantias ("clean").

Em 31 de setembro de 2014, a Unidas possuía 11,0% do principal da sua dívida vencendo em 2014, enquanto 89,0% vencem no período compreendido entre 2015 e 2019 conforme demonstrado no gráfico abaixo.

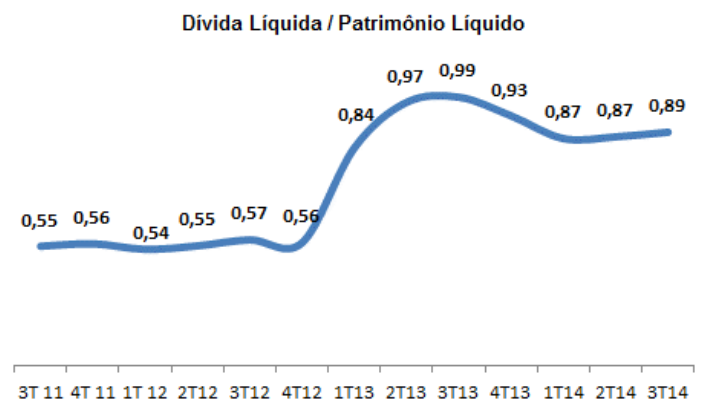
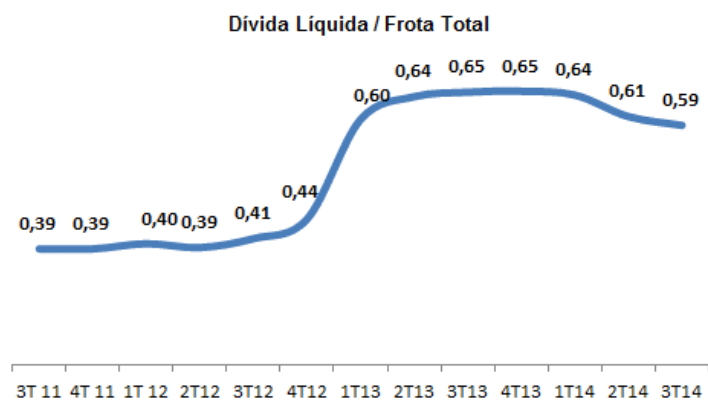
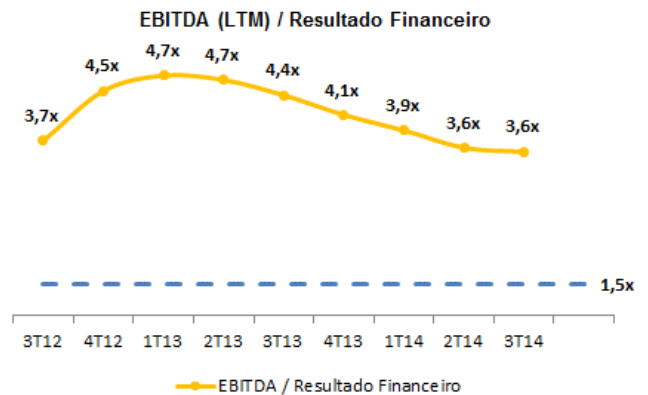
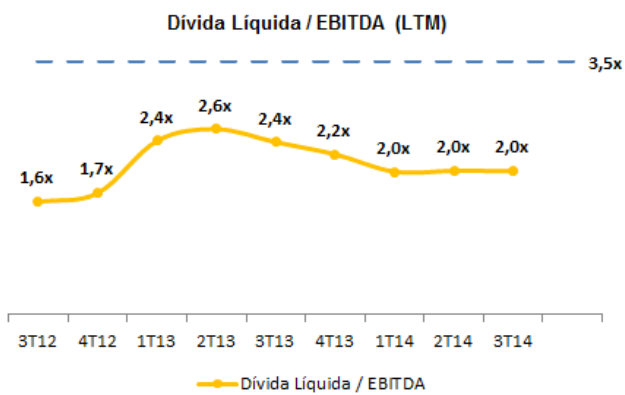
Custo Médio Anual da Dívida (Spread CDI +)



Escalonamento do Pagamento da Dívida (R\$MM)



No comparativo entre os trimestres de 2014, a Companhia apresentou melhorias em todos os seus indicadores de endividamento, conforme demonstrado abaixo.




15 - DADOS OPERACIONAIS

Dados Operacionais	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Frota Média Operacional						
Terceirização de Frota	17.855	19.719	(9,5)%	18.092	18.965	(4,6)%
Aluguel de Carros	13.006	9.060	43,6%	12.115	8.400	44,2%
Franquias	2.222	2.213	0,4%	1.972	2.137	(7,7)%
Total	33.083	30.992	6,7%	32.179	29.502	9,1%
Frota Média Alugada						
Terceirização de Frota	17.855	19.719	(9,5)%	18.092	18.965	(4,6)%
Aluguel de Carros	9.783	6.826	43,3%	9.143	6.117	49,5%
Franquias	2.222	2.213	0,4%	1.972	2.137	(7,7)%
Total	29.860	28.758	3,8%	29.207	27.219	7,3%
Frota no Final do Período						
Terceirização de Frota	20.304	23.025	(11,8)%	20.304	23.025	(11,8)%
Aluguel de Carros	17.276	12.764	35,3%	17.276	12.764	35,3%
Franquias	2.716	2.979	(8,8)%	2.716	2.979	(8,8)%
Total	40.296	38.768	3,9%	40.296	38.768	3,9%
Idade Média da Frota em Operação (meses)						
Terceirização de Frota	18,4	15,8	16,5%	18,0	15,4	16,9%
Aluguel de Carros	8,9	9,4	(5,3)%	9,7	9,9	(2,0)%
Franquias	9,4	9,5	(1,1)%	10,5	10,7	(1,9)%
Total	14,0	13,4	4,5%	14,4	13,5	6,7%
Carros Comprados						
Carros Comprados – Terceirização de Frota	1.965	2.194	(10,4)%	4.575	9.094	(49,7)%
Carros Comprados – Aluguel de Carros	3.182	1.262	152,1%	8.548	5.286	61,7%
Carros Comprados – Franquias	622	192	224,0%	1.384	1.139	21,5%
Carros Comprados - Total	5.769	3.648	58,1%	14.507	15.519	(6,5)%
Preço Médio – Terceirização de Frota (R\$ mil)	35,8	34,2	4,7%	37,1	31,0	19,7%
Preço Médio – Aluguel de Carros (R\$ mil)	32,4	33,0	(1,8)%	31,2	30,9	1,0%
Preço Médio – Franquias (R\$ mil)	30,4	29,7	2,4%	29,7	27,8	6,8%
Preço Médio – Total (R\$ mil)	33,3	33,5	(0,6)%	32,9	30,8	6,8%
Carros Vendidos						
Carros Vendidos – Terceirização de Frota	1.833	1.857	(1,3)%	6.045	5.490	10,1%
Carros Vendidos – Aluguel de Carros	2.206	1.187	85,8%	5.416	3.308	63,7%
Carros Vendidos – Franquias	393	408	(3,7)%	1.026	1.140	(10,0)%
Carros Vendidos - Total	4.432	3.452	28,4%	12.487	9.938	25,6%
Preço Médio – Terceirização de Frota (R\$)	26.259	22.418	17,1%	24.655	22.770	8,3%
Preço Médio – Aluguel de Carros (R\$)	27.182	21.182	28,3%	25.388	22.222	14,2%
Preço Médio – Franquias (R\$)	23.288	24.240	(3,9)%	23.828	24.250	(1,7)%
Preço Médio – Total (R\$)	26.444	22.248	18,9%	24.946	22.741	9,7%
Idade Média dos Carros Vendidos (Meses)	25,8	28,7	(10,1)%	26,7	28,2	(5,3)%

PONTOS DE ATENDIMENTO UNIDAS EM 31/09/14		
Região Brasil	Segmento	Nº Pontos
Sudeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	46
	Aluguel de Carros - Franquias	38
	Venda de Veículos - Rede Própria	16
	Venda de Veículos - Franquias	15
Sul	Aluguel de Carros - Rede Própria	12
	Aluguel de Carros - Franquias	11
	Venda de Veículos - Rede Própria	1
	Venda de Veículos - Franquias	2
Nordeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	18
	Aluguel de Carros - Franquias	11
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
Centro-Oeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	6
	Aluguel de Carros - Franquias	6
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	-
Norte	Aluguel de Carros - Rede Própria	2
	Aluguel de Carros - Franquias	10
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
Total		196

CONTATOS

 **GISOMAR MARINHO**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

 Telefones: (11) 3155-4818

 E-mail: ri@unidas.com.br

 Website: www.unidas.com.br

AVISOS

Esse material possui informações resumidas, sem intenção de serem completas. Maiores informações sobre a Unidas, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes a sua atividade podem ser encontradas nas suas informações trimestrais – ITR, demonstrações financeiras e informações públicas.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Muitos dos fatores que irão determinar os valores e resultados futuros estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

ANEXO 1 – RESULTADO POR NEGÓCIO

Resultado Terceirização de Frota (R\$mil)	3T14	3T13	9M14	9M13
Receita bruta	76.046	82.376	228.961	235.290
Impostos sobre a receita	(6.679)	(7.443)	(20.264)	(21.379)
Receita operacional líquida	69.367	74.933	208.697	213.911
Custos operacionais (ex-depreciação)	(8.630)	(15.171)	(30.581)	(41.259)
Lucro bruto	60.737	59.762	178.116	172.652
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(16.451)	(9.797)	(43.117)	(29.401)
EBITDA	44.286	49.965	134.999	143.251
Margem EBITDA	63,9%	66,8%	64,7%	67,0%

Resultado Aluguel de Carros (RAC+FRANQUIAS) (R\$mil)	3T14	3T13	9M14	9M13
Receita bruta	82.576	63.910	235.646	176.172
Impostos sobre a receita	(7.256)	(5.778)	(20.856)	(16.009)
Receita operacional líquida	75.320	58.132	214.790	160.163
Custos operacionais (ex-depreciação)	(29.013)	(28.048)	(91.743)	(75.210)
Lucro bruto	46.307	30.084	123.047	84.953
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(14.006)	(8.151)	(40.999)	(31.002)
EBITDA	32.301	21.933	82.048	53.951
Margem EBITDA	42,9%	37,7%	38,2%	33,7%

Resultado Venda de Veículos (R\$mil)	3T14	3T13	9M14	9M13
Receita bruta	117.366	76.757	311.836	226.345
Impostos sobre a receita	(117)	(93)	(348)	(382)
Receita operacional líquida	117.249	76.664	311.488	225.963
Custos operacionais (ex-depreciação)	(101.589)	(69.070)	(277.241)	(206.920)
Lucro bruto	15.660	7.594	34.247	19.043
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(3.824)	(3.135)	(10.274)	(9.534)
EBITDA	11.836	4.459	23.973	9.509
Margem EBITDA	10,1%	5,8%	7,7%	4,2%

Resultado Consolidado (R\$mil)	3T14	3T13	9M14	9M13
Receita bruta	275.988	223.043	776.443	637.807
Impostos sobre a receita	(14.052)	(13.314)	(41.468)	(37.770)
Receita operacional líquida	261.936	209.729	734.975	600.037
Custos operacionais (ex-depreciação)	(139.232)	(112.289)	(399.565)	(323.389)
Lucro bruto	122.704	97.440	335.410	276.648
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(34.281)	(21.083)	(94.390)	(69.937)
EBITDA	88.423	76.357	241.020	206.711
Depreciação e amortização	(42.807)	(43.052)	(127.430)	(124.613)
EBIT	45.616	33.305	113.590	82.098
Despesas financeiras, líquidas	(23.677)	(18.892)	(69.046)	(48.352)
EBT	21.939	14.413	44.544	33.746

ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADO DO PERÍODO

Resultado Consolidado (R\$mil)	3T14	3T13	9M14	9M13
Receita líquida total	261.936	209.729	734.975	600.037
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos	(179.320)	(152.833)	(519.019)	(441.977)
Lucro bruto	82.616	56.896	215.956	158.060
Comerciais	(13.446)	(5.701)	(36.345)	(22.896)
Gerais e Administrativas	(21.388)	(18.061)	(60.021)	(50.302)
Honorários da administração	(681)	(607)	(2.000)	(1.850)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.485)	778	(4.000)	(914)
Total despesas operacionais	(37.000)	(23.591)	(102.366)	(75.962)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	45.616	33.305	113.590	82.098
Receitas financeiras	5.575	1.813	17.103	8.211
Despesas financeiras	(29.252)	(20.705)	(86.149)	(56.563)
Resultado financeiro líquido	(23.677)	(18.892)	(69.046)	(48.352)
Lucro antes dos impostos sobre os lucros (EBT)	21.939	14.413	44.544	33.746
Imposto corrente	(418)	(3.655)	(4.173)	(10.519)
Imposto diferido	(8.212)	(758)	(3.653)	(1.805)
Lucro líquido do período	13.309	10.000	36.718	21.422

ANEXO 3 – BALANCOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

ATIVO (R\$mil)	3T14	4T13
CIRCULANTE	518.660	543.511
Caixa e equivalentes de caixa	122.852	210.794
Aplicações financeiras de uso restrito	69.187	50.930
Contas a receber	202.565	173.057
Impostos e contribuições sociais a compensar	7.555	10.082
Despesas antecipadas	13.581	5.404
Créditos com empresas ligadas	-	8.741
Veículos destinados a venda	95.791	79.087
Outros créditos	7.129	5.416
NÃO CIRCULANTE	1.199.001	1.120.312
Impostos e contribuições sociais a compensar	3.024	3.024
Impostos diferidos	90.268	99.742
Depósitos judiciais	21.068	18.415
Despesas antecipadas	-	-
Outros créditos	103	92
Imobilizado	1.003.135	915.320
Intangível	81.403	83.719
TOTAL DO ATIVO	1.717.661	1.663.823

PASSIVO (R\$mil)	3T14	4T13
CIRCULANTE	376.072	342.481
Fornecedores	43.193	31.604
Empréstimos e financiamentos	-	103.724
Debêntures	220.317	174.389
Tributos a recolher	1.984	4.185
Salários e encargos a pagar	10.045	6.372
Débitos com empresas ligadas	1.504	3.556
Adiantamento de clientes	4.091	4.915
Outras contas a pagar e provisões	94.938	13.736
NÃO CIRCULANTE	628.553	645.451
Empréstimos e financiamentos	-	-
Debêntures	604.238	615.407
Provisão para riscos e discussões judiciais	24.315	23.603
Impostos diferidos	-	5.821
Adiantamento de clientes	-	620
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	713.036	675.891
Capital social	744.025	744.025
Reserva de opções	2.487	2.060
Reserva de capital	33.431	33.431
Prejuízos acumulados	(66.907)	(103.625)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.717.661	1.663.823

ANEXO 4 – DEMONSTRATIVOS DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DO PERÍODO

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (R\$mil)	3T14	3T13	9M14	9M13
Caixa e equivalentes de caixa - Inicial	127.841	51.361	210.794	218.659
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	13.309	10.000	36.718	21.422
(+) Despesas não caixa	179.496	132.358	495.973	390.787
Variações nos ativos	10.634	(1.397)	(30.330)	(26.018)
Variações nos passivos	(447)	(2.964)	(905)	(6.986)
Aquisição de veículos, líquida do saldo a pagar a montadora de veículos	(194.004)	(133.898)	(410.637)	(394.488)
(=) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	8.988	4.099	90.819	(15.283)
Fluxo de caixa dos investimentos				
Aquisição de outros imobilizados	(4.080)	(3.568)	(10.854)	(10.295)
Adição ao intangível	(590)	(579)	(2.051)	(3.835)
Aquisição de controlada, líquido do caixa	-	-	-	(201.775)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(6.312)	(29.044)	(18.257)	(43.121)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(10.982)	(33.191)	(31.162)	(259.026)
Fluxo de caixa dos financiamentos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos	(2.995)	46.146	(147.599)	124.065
Integralização de capital	-	1	-	1
(=) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(2.995)	46.147	(147.599)	124.066
(=) Fluxo de caixa do período	(4.989)	17.055	(87.942)	(150.243)
Caixa e equivalentes de caixa - Final	122.852	68.416	122.852	68.416

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Balancos patrimoniais

30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	119.923	204.195	122.852	210.794
Aplicações financeiras de uso restrito (Nota 12)	69.187	50.930	69.187	50.930
Contas a receber (Nota 13)	115.575	85.380	202.565	173.057
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 14)	7.504	9.272	7.555	10.082
Despesas antecipadas (Nota 15)	13.013	5.019	13.581	5.404
Créditos com partes relacionadas (Nota 16)	73.831	85.004	-	8.741
Veículos destinados a venda (Nota 18)	95.729	74.420	95.791	79.087
Outros créditos	5.603	4.208	7.129	5.416
Total do ativo circulante	500.365	518.428	518.660	543.511
Ativo não circulante				
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 14)	2.076	2.076	3.024	3.024
Impostos diferidos (Nota 25)	84.382	99.263	90.268	99.742
Depósitos judiciais (Nota 26)	20.459	18.274	21.068	18.415
Outros créditos	92	92	103	92
Investimentos (Nota 17)	51.503	256.249	-	-
Imobilizado (Nota 19)	990.856	802.718	1.003.135	915.320
Intangíveis (Nota 20)	81.278	14.309	81.403	83.719
Total do ativo não circulante	1.230.646	1.192.981	1.199.001	1.120.312
Total do ativo	1.731.011	1.711.409	1.717.661	1.663.823

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Balancos patrimoniais

30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante				
Fornecedores (Nota 21)	42.078	29.181	43.193	31.604
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	-	103.724	-	103.724
Debêntures (Nota 24)	220.317	174.389	220.317	174.389
Tributos a recolher	925	868	1.984	4.185
Salários e encargos a pagar	5.767	3.439	10.045	6.372
Débitos com partes relacionadas (Nota 16)	22.320	67.351	1.504	3.556
Adiantamentos de clientes	3.674	2.719	4.091	4.915
Outras contas a pagar e provisões (Nota 22)	88.761	8.658	94.938	13.736
Total do passivo circulante	383.842	390.329	376.072	342.481
Passivo não circulante				
Debêntures (Nota 24)	604.238	615.407	604.238	615.407
Provisão para perda com investimentos (Nota 17)	7.932	7.915	-	-
Provisão para riscos e discussões judiciais (Nota 26)	21.963	21.247	24.315	23.603
Impostos diferidos (Nota 25)	-	-	-	5.821
Adiantamentos de clientes	-	620	-	620
Total do passivo não circulante	634.133	645.189	628.553	645.451
Patrimônio líquido (Nota 27)				
Capital social	744.025	744.025	744.025	744.025
Reserva de opções	2.487	2.060	2.487	2.060
Reserva de capital	33.431	33.431	33.431	33.431
Prejuízos acumulados	(66.907)	(103.625)	(66.907)	(103.625)
Total do patrimônio líquido	713.036	675.891	713.036	675.891
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.731.011	1.711.409	1.717.661	1.663.823

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações de resultados

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013
Receita líquida (Nota 29)	216.878	591.341	150.225	441.223	261.936	734.975	209.729	600.037
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota (Nota 30)	(152.144)	(428.365)	(115.470)	(338.546)	(179.320)	(519.019)	(152.833)	(441.977)
Lucro bruto	64.734	162.976	34.755	102.677	82.616	215.956	56.896	158.060
Comerciais (Nota 31)	(6.936)	(17.321)	(3.200)	(10.975)	(13.446)	(36.345)	(5.701)	(22.896)
Gerais e administrativas (Nota 32)	(16.253)	(45.529)	(13.537)	(38.583)	(21.388)	(60.021)	(18.061)	(50.302)
Honorários da administração (Nota 33)	(482)	(1.407)	(423)	(1.232)	(681)	(2.000)	(607)	(1.850)
Equivalência patrimonial (Nota 17)	3.541	18.331	10.672	21.937	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.178)	(3.622)	979	(575)	(1.485)	(4.000)	778	(914)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	43.426	113.428	29.246	73.249	45.616	113.590	33.305	82.098
Despesas financeiras (Nota 34)	(28.277)	(83.251)	(20.082)	(55.586)	(29.252)	(86.149)	(20.705)	(56.563)
Receitas financeiras (Nota 35)	5.346	16.402	1.636	7.813	5.575	17.103	1.813	8.211
Lucro antes dos impostos sobre os lucros	20.495	46.579	10.800	25.476	21.939	44.544	14.413	33.746
Imposto corrente (Nota 25)	(156)	(156)	(558)	(2.832)	(418)	(4.173)	(3.655)	(10.519)
Imposto diferido (Nota 25)	(7.030)	(9.705)	(242)	(1.222)	(8.212)	(3.653)	(758)	(1.805)
Lucro líquido do período	13.309	36.718	10.000	21.422	13.309	36.718	10.000	21.422
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$) (Nota 27d)	0,25	0,68	0,19	0,39	0,25	0,68	0,19	0,39

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado			
	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013
Lucro líquido do período	13.309	36.718	10.000	21.422
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	13.309	36.718	10.000	21.422

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado				
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Reserva de capital – ágio	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	744.024	759	33.431	(164.833)	613.381
Aumento de capital	1	-	-	-	1
Remuneração com base em ações	-	976	-	-	976
Lucro líquido do período	-	-	-	21.422	21.422
Saldos em 30 de setembro de 2013	744.025	1.735	33.431	(143.411)	635.780
Saldos em 1º de janeiro de 2014	744.025	2.060	33.431	(103.625)	675.891
Remuneração com base em ações	-	427	-	-	427
Lucro líquido do período	-	-	-	36.718	36.718
Saldos em 30 de setembro de 2014	744.025	2.487	33.431	(66.907)	713.036

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Lucro líquido do período	36.718	21.422	36.718	21.422
Depreciação e amortização	121.397	110.018	125.549	124.613
Provisão de veículos roubados e sinistrados	4.507	7.174	4.507	7.352
Valor residual dos veículos destinados a venda e de outros ativos imobilizados	276.139	186.502	278.782	200.107
Equivalência patrimonial	(18.331)	(21.937)	-	-
Provisão para riscos e discussões judiciais	716	686	712	741
Reversão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(156)	(2.421)	(464)	(8.317)
Despesa de <i>stock options</i>	427	976	427	976
Despesas com juros, líquidas	78.634	52.991	78.634	52.991
Despesas de imposto de renda e contribuição social	156	2.832	4.173	10.519
Benefício com imposto de renda e contribuição social diferidos	9.705	1.222	3.653	1.805
	509.912	359.465	532.691	412.209
Aumento do contas a receber	(12.001)	(5.783)	(29.044)	(17.956)
Redução em impostos e contribuições sociais a compensar	1.778	1.178	2.527	6.241
Redução (aumento) em outros ativos circulantes e não circulantes	35.040	(20.093)	(11.053)	(14.303)
Redução em fornecedores (exceto montadoras de veículos)	(448)	(78)	(1.202)	(803)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	160	(123)	(1.295)	(1.170)
Aumento em salários e encargos a pagar, débitos com empresas ligadas, adiantamento de clientes e outros passivos circulantes e não circulantes	(32.824)	16.077	13.911	3.968
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.183)	(2.664)	(5.079)	(8.981)
Aquisição de veículos, líquido do saldo a pagar	(409.642)	(369.630)	(410.637)	(394.488)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	89.792	(21.651)	90.819	(15.283)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de outros imobilizados	(6.994)	(6.428)	(10.854)	(10.295)
Adição ao intangível	(2.031)	(3.822)	(2.051)	(3.835)
Aquisição de controlada, líquido do caixa	-	(202.519)	-	(201.775)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(18.257)	(43.121)	(18.257)	(43.121)
Caixa proveniente da incorporação de controlada	817	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(26.465)	(255.890)	(31.162)	(259.026)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	1	-	1
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	120.000	189.497	120.000	189.497
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(207.051)	(42.178)	(207.051)	(42.178)
Pagamento de juros	(60.548)	(23.254)	(60.548)	(23.254)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(147.599)	124.066	(147.599)	124.066
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(84.272)	(153.475)	(87.942)	(150.243)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	204.195	217.527	210.794	218.659
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	119.923	64.052	122.852	68.416
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa	(84.272)	(153.475)	(87.942)	(150.243)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receitas				
Receita bruta de locação e venda de veículos	640.590	497.521	805.768	677.616
Descontos e cancelamentos	(20.026)	(32.394)	(29.325)	(39.809)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e perda com incobráveis	(7.795)	(1.277)	(11.434)	(786)
	612.769	463.850	765.009	637.021
Insumos adquiridos de terceiros (inclui icms, pis e cofins)				
Custos dos aluguéis	(55.646)	(46.190)	(99.079)	(91.959)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.019)	(16.859)	(26.020)	(19.205)
Comerciais e publicidade	(9.525)	(5.324)	(24.911)	(14.141)
Resultado na alienação para renovação de veículos da frota e outros ativos imobilizado	(267.434)	(186.502)	(270.077)	(200.107)
	(353.624)	(254.875)	(420.087)	(325.412)
Valor adicionado bruto	259.145	208.975	344.922	311.609
Depreciação e amortização	(121.397)	(110.018)	(125.549)	(124.613)
Provisão de veículos roubados e sinistrados	(4.507)	(7.174)	(4.507)	(7.352)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	133.241	91.783	214.866	179.644
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	18.331	21.937	-	-
Receitas financeiras	16.402	7.813	17.103	8.211
Valor adicionado recebido em transferência	34.733	29.750	17.103	8.211
Valor adicionado total a distribuir	167.974	121.533	231.969	187.855
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	16.732	20.795	38.774	40.754
Benefícios	3.938	3.359	11.427	9.523
F.G.T.S.	933	1.004	2.275	2.251
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	21.150	14.588	33.728	37.902
Municipais	191	178	293	313
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	77.083	52.143	77.194	52.132
Aluguéis	5.061	4.601	22.605	19.127
Outras despesas financeiras	6.168	3.443	8.955	4.431
Lucro líquido do período	36.718	21.422	36.718	21.422
Valor adicionado total distribuído	167.974	121.533	231.969	187.855

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Unidas S.A. (a seguir designada “Companhia” ou “Unidas”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede social em São Paulo – SP, na rua Cincinato Braga, 388 – Bela Vista.

A Companhia tem por objeto social: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso sob licença, ou sub licenciamento de marcas de locação e do sistema operacional de locação das empresas da Companhia societário ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e dos recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sócia quotista; (i) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a Companhia vende seus veículos usados.

Em 30 de setembro de 2014, a estrutura da Companhia incluindo seus franqueados, era composta de: 196 pontos de atendimento, dos quais 84 eram lojas próprias e 17 lojas de seminovos, ambos operados pela Unidas e 95 empresas franqueadas, sendo 76 lojas de locação e 19 lojas de seminovos. O sistema de franquias da Unidas é administrado pela controlada Unidas Franquias do Brasil S.A.

Na mesma data, a frota da Unidas era composta por: 40.296 veículos (38.768 veículos em 30 de setembro de 2013), sendo 20.304 no negócio de aluguel e administração de frotas (“*fleet*”) e 19.992 pertencentes ao negócio de locação de veículos (“*rent a car*” ou “RAC”). A frota do “*rent a car*” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 24 meses, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais através de 17 lojas de alienação de veículos para renovação da frota, localizadas em 04 Estados do Brasil.

O segmento de aluguel e administração de frotas é direcionado para empresas. O período de locação de veículos para frota varia de 12 a 48 meses. Os contratos são rescindíveis mediante comunicação prévia de 30 dias e multas contratuais que variam de 50% a 25% dos pagamentos a vencer, dependendo dos prazos de contratação e cláusulas de renovação. A frota do “*fleet*” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 48 meses.

2. Aquisição e incorporação de controlada

(a) Combinação de negócios - Aquisição da Best Fleet Locadora de Veículos Ltda.

A Companhia adquiriu, em 28 de fevereiro de 2013, 100% do capital social da Best Fleet Locadora de Veículos Ltda. (a “Best Fleet”), sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O valor da aquisição da Best Fleet foi de R\$ 191.840, sendo R\$117.922 pagos à vista em 06 de março de 2013, R\$7.000 ficaram retidos em aplicações financeiras para garantia de contratos (em 30 de setembro de 2014 o saldo retido é R\$ 0), R\$56.918 ficaram retidos até a liberação de todos os veículos que estiverem como garantia de financiamentos (em 30 de setembro de 2014 o saldo é R\$ 863) e R\$10.000 que ficaram retidos pelo período de três anos como garantia de contingências.

Em 28 de junho de 2013 foi pago mais um valor de R\$10.679 como acerto de capital de giro, perfazendo o valor total pago da aquisição em R\$202.519. As aplicações financeiras ficaram retidas em conta garantia específica, conforme definido no contrato compra e venda de quotas e outras avenças, e não estão no balanço da Unidas, pois os pagamentos já foram efetivamente efetuados.

Com a aquisição, passamos a ter uma presença mais forte no segmento de veículos executivos do mercado de Terceirização de Frotas, bem como demos mais um passo importante no crescimento com rentabilidade e na consolidação desse segmento de negócio da Companhia.

O valor pago pela aquisição das cotas foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura e reconhecido no resultado da transação de aquisição foi de R\$48.843 composto da seguinte forma:

Preço de aquisição – contraprestação transferida	<u>202.519</u>
Ativo Líquidos identificáveis	(131.849)
Marca	(3.108)
Carteira de clientes	(17.991)
Acordo de não competição	<u>(728)</u>
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	<u>(153.676)</u>
	<u> </u>
Ágio	<u>48.843</u>

O processo de alocação do ágio foi concluído em 30 de junho de 2013, com a emissão do estudo de determinação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos, preparado por avaliador independente.

O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

Data base de aquisição	28/02/2013
ATIVO	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	744
Contas a receber	13.857
Outros créditos	10.629
Impostos a compensar	3.200
Estoques para revenda	3.061
Total do ativo circulante	31.491
Ativo não circulante	
Outros créditos	262
Impostos a compensar	1.011
Intangível	10
Imobilizado	110.552
Total do ativo não circulante	111.835
PASSIVO	
Circulante	
Fornecedores	(910)
Tributos a recolher	(1.969)
Adiantamentos de clientes	(3.422)
Total do passivo circulante	(6.301)
Imposto diferido passivo	(5.176)
Total do passivo não circulante	(5.176)
Total de ativos e passivos adquiridos	131.849
Ágio	48.843
Carteira de clientes	17.991
Marca	3.108
Acordo de não competição	728
Imposto diferido ativo	7.214
Imposto diferido passivo	(7.214)
Total pago	202.519

Nos 07 meses até 30 de setembro de 2013, a Best Fleet contribuiu com uma receita líquida de R\$ 54.849 e lucro líquido de R\$ 14.340.

As receitas líquidas e o lucro líquido do período consolidado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foi de R\$617.220 e R\$25.078, respectivamente, combinada para o período de reporte corrente, como se a data da aquisição fosse o início do período de reporte anual.

Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 659 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram incluídos nas despesas administrativas da Companhia na demonstração de resultado.

(b) Incorporação da Best Fleet Locadora de Veículos Ltda.

Conforme aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2014, a Companhia incorporou os saldos da empresa Best Fleet Locadora de Veículos Ltda. O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos e passivos incorporados:

	31/01/2014
Ativo	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	817
Contas a receber	18.039
Impostos e contribuições sociais a compensar	10
Despesas antecipadas	378
Créditos com empresas ligadas	41.927
Outros créditos	367
Total do ativo circulante	61.538
Ativo não circulante	
Depósitos judiciais	5
Imobilizado	103.329
Intangível	17
Total do ativo não circulante	103.351
Total do ativo	164.889

	31/01/2014
Passivo e patrimônio líquido	
Passivo circulante	
Fornecedores	636
Tributos a recolher	1.922
Salários e encargos a pagar	302
Débitos com empresas ligadas	344
Adiantamentos de clientes	2.357
Outras contas a pagar e provisões	85
Total do passivo circulante	5.646
Passivo não circulante	
Impostos diferidos passivo	5.734
Total do passivo não circulante	5.734
Patrimônio líquido	
Capital social	130.000
Lucros acumulados	23.509
Total do patrimônio líquido	153.509
Total do passivo e do patrimônio líquido	164.889

O processo de incorporação foi concluído em 31 de janeiro de 2014, com a emissão do laudo contábil preparado por avaliador especializado e independente.

A incorporação, nos termos do artigo 225 da Lei 6.404 de 1.976, teve por objetivo melhorar a sinergia na terceirização de frota executiva e espera reforçar a presença em clientes corporativos no segmento de alto padrão.

3. Bases de consolidação

As informações consolidadas em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços é assim resumida:

Empresas	Participação%		Atividade principal	Localização
	Direta	Indireta		
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,99	-	Comércio de veículos usados	São Paulo
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	99,99	-	Locação de veículos – “Rent a Car”	São Paulo
Unidas Franquias do Brasil S.A.	-	99,99	Locação de Veículos e Terceirização de frotas	São Paulo
Best Fleet Locadora de Veículos Ltda. (*)	99,99	-	Locação de Veículos e Terceirização de frotas	São Paulo

(*) Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, apenas.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizadas, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações trimestrais separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas informações trimestrais individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas da Companhia e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 03 de novembro de 2014.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas 8 e 9, respectivamente.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 19 – Imobilizado (depreciação de veículos e definição do valor residual).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no trimestre findo em 30 de setembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 13 – Contas a receber (movimentação da Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”));
- Nota explicativa 18 – Veículos destinados a venda (provisão para veículos roubados e sinistrados e definição do valor residual);
- Nota explicativa 19 – Imobilizado (depreciação de veículos e definição do valor residual);
- Nota explicativa 25 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos (disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Notas explicativa 26 – Provisão para riscos e discussões judiciais.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para reportar ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações trimestrais em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 18 – Veículos destinados a venda;
- Nota explicativa 28 – Plano de remuneração baseado em ações;
- Nota explicativa 36 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Nota explicativa 18 – Veículos destinados a venda;
- Nota explicativa 28 – Plano de remuneração baseado em ações;
- Nota explicativa 36 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

8 Mudanças nas políticas contábeis

Não houveram mudanças nas políticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias, desta forma, a Companhia tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 9 a todos os exercícios apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

9 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo:

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para imparidade. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida são requeridos a serem substituídos (substituição de planos), então todo ou parte do montante do plano de substituição do adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento de ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços passados e/ou a serem prestados.

ii. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações trimestrais de controladas são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações trimestrais individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iii. Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, aonde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações trimestrais consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

v. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

ii. Prestação de serviços

A Companhia está envolvida na realização de serviços relacionados. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. A receita de locações: é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação.

iii. Tributação sobre as receitas

As receitas de aluguel de veículos estão sujeitas ao Programa de Integração Social - PIS (1,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (7,60%).

As receitas decorrentes da venda de veículos são exclusivamente sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, quando os veículos são vendidos em menos de 12 meses da data de aquisição, a alíquotas variáveis de acordo com o Estado em que opera.

As respectivas receitas se apresentam líquidas dos referidos encargos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes do critério de apuração pela não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos aluguéis na demonstração do resultado. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre as vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;

- ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- perdas por imparidade em ativos financeiros (que não contas a receber).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e condições de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço e condições de desempenho na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseados em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

iii. Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

iv. Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

ii. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

f. Veículos destinados à venda

Os estoques de veículos fora de frota que se destinam à venda estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido estimado de realização, dos dois o menor. São classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio do uso contínuo. Esta condição é considerada cumprida quando a venda for provável e o veículo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. Esses bens não são depreciados.

g. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (imparidade).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens (exceção ao item veículos). A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os veículos destinados à locação são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização destes veículos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de veículo para veículo, de acordo com a data em que foi comprado, o valor pago e a data e o valor estimado de venda. A vida útil dos veículos é revisada mensalmente, e ajustada quando aplicável. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado.

A depreciação dos veículos compõe o custo dos alugueis e veículos vendidos, e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil dos ativos), são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

As vidas úteis médias estimadas nos períodos de 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

• Veículos	2 anos
• Acessórios	2 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Instalações	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
• Outros ativos	5 anos
• Imóveis	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Intangíveis

i. Ágio

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis médias estimadas nos períodos de 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

• Software	5 anos
• Direito de uso de marcas	7 anos
• Acordo de não competição	5 anos
• Carteira de clientes	11 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

i. Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

iii. Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

iv. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

j. Redução ao valor recuperável (imparidade)

i. Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de imparidade.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que o Grupo não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o

juízo da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

l. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

m. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa. Os efeitos não caixa que não afetaram a DFC estão apresentados como divulgação suplementar abaixo:

Divulgação suplementar às demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos:	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Total de aquisições de veículos	(497.059)	(380.822)	(498.136)	(405.781)
Saldo inicial do período	(24.861)	(29.349)	(24.955)	(29.349)
Saldo final do período	(112.278)	(40.541)	(112.454)	(40.642)
	87.417	11.192	87.499	11.293
Caixa pago na aquisição de veículos	(409.642)	(369.630)	(410.637)	(394.488)

10 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRIC 21 Taxas Governamentais (*Levies*)

Essa interpretação refere-se à contabilização de taxas impostas pelos Governos, consistindo numa interpretação à IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

A interpretação tipifica as taxas do Governo, e os eventos que dão origem à sua responsabilidade de pagamento, clarificando, dada a diversidade identificada na sua aplicação prática, o momento em que estas devem ser reconhecidas.

O IFRIC 21 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, porém, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera efeitos materiais sobre as informações trimestrais.

IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2010), IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (imparidade) de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

Em 28 de maio de 2014, o IASB divulgou IFRS 15, Receita de Contratos com Clientes, que exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

A Companhia, não concluiu suas análises referente a esta norma, para avaliar quais seriam os efeitos de sua aplicação, se algum.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

Além dos pronunciamentos divulgados nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, de 1º de janeiro de 2014 até 30 de setembro de 2014 não foram emitidos novos pronunciamentos técnicos pelo CPC com impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

11 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	7.285	5.079	7.599	10.801
Investimentos financeiros:				
Certificado de depósitos bancários (CDB's)	65.431	142.240	67.381	142.241
Debêntures compromissadas	47.972	57.341	48.639	58.217
Fundo de investimento de renda fixa	-	44	-	44
(-) Prov. IRRF s/ aplicações financeiras	(765)	(509)	(767)	(509)
	119.923	204.195	122.852	210.794

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Os investimentos financeiros correspondem às operações realizadas junto à instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas em condições e taxas normais de mercado de até 100% do CDI, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Os investimentos financeiros são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias.

As debêntures compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra por parte dos bancos, e de revenda pelo cliente, com taxas e prazos pré-determinados.

Parte dos títulos relativos às debêntures compromissadas estão classificados como "Caixa e equivalentes de caixa", por possuírem prazo de carência inferior a 90 dias para resgate ou por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate imediato.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 36.

12 Aplicações financeiras de uso restrito

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Certificado de depósitos bancários (CDB's)	69.187	50.930	69.187	50.930
	69.187	50.930	69.187	50.930

Referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do Balanço Patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, sendo remuneradas com taxas de até 100% do CDI, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações são destinadas ao pagamento do serviço da dívida das Emissões de Debêntures da Unidas, apresentadas na nota explicativa 24, e somente podem ser sacados pelo agente fiduciário das debêntures.

13 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Terceirização de frota (<i>Fleet</i>)	97.650	85.898	156.233	134.703
Locação (<i>Rent a car</i>)	6.036	2.255	36.474	41.859
Carros alienados para renovação da frota	39.268	23.771	39.268	25.363
Outros valores a receber	305	1.296	310	1.316
	143.259	113.220	232.285	203.241
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(27.684)	(27.840)	(29.720)	(30.184)
	115.575	85.380	202.565	173.057

A abertura do saldo por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
A faturar	6.036	2.255	36.474	41.859
Faturados:				
A vencer	58.639	33.755	92.812	65.880
Vencidos				
1 a 30 dias	9.785	17.443	15.587	18.379
31 a 60 dias	6.734	6.009	9.907	9.631
61 a 90 dias	2.835	5.228	5.157	9.164
91 a 120 dias	4.320	5.022	6.472	6.372
121 a 365 dias	23.751	14.386	32.241	20.459
Vencidos há mais de 1 ano	31.159	29.122	33.635	31.497
	143.259	113.220	232.285	203.241

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Saldos no início do período	(27.840)	(29.122)	(30.184)	(44.563)
Constituição da perda estimada (a)	(5.633)	(3.787)	(9.060)	(6.005)
(-) Reversões	5.789	5.069	9.524	20.384
Saldo no final do período	(27.684)	(27.840)	(29.720)	(30.184)

- (a) A constituição da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada como redução das contas a receber. É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, incluindo principalmente saldos vencidos há mais de um ano, análise do histórico de perda, análise individual de determinados clientes e cobranças em discussão judicial.

14 Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
IRRF sobre serviços prestados	52	45	52	52
IRRF sobre aplicações financeiras	3.518	3.894	3.528	3.902
IRPJ a compensar	3.308	4.262	3.346	4.281
CSLL a compensar	-	667	-	672
INSS a compensar	572	-	572	-
PIS/COFINS (a)	2.076	2.424	3.025	4.143
Outros	54	56	56	56
	9.580	11.348	10.579	13.106
Ativo circulante	7.504	9.272	7.555	10.082
Ativo não circulante	2.076	2.076	3.024	3.024

- (a) Os créditos de PIS/COFINS em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 referem-se, principalmente, ao registro de créditos extemporâneos sobre gastos com publicidade e propaganda, despesas com terceirização de serviços de tecnologia da informação e benefícios à empregados.

15 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Prêmios de seguros	2.600	258	2.600	643
Seguros obrigatórios e licenciamentos de veículos	1.938	330	1.938	330
IPVA	3.663	-	3.663	-
Gastos com preparação de veículos usados	1.327	1.488	1.327	1.488
Despesas antecipadas relacionadas a projetos	1.564	2.904	1.564	2.904
Outras	1.921	39	2.489	39
	13.013	5.019	13.581	5.404

16 Divulgações sobre partes relacionadas

Controladas

Conforme mencionado na Nota Explicativa 3, a Companhia possui as seguintes controladas:

- Unidas Locadora de Veículos Ltda.
Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio “rent a car” ou “RAC”. A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Locadora de Veículos Ltda. em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

- Unidas Comercial de Veículos Ltda.
Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio de venda de carros alienados para renovação da frota que os clientes oferecem como parte de pagamento na compra realizada na Unidas S.A. A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Comercial de Veículos Ltda. em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.
- Unidas Franquias do Brasil S.A.
Controlada indireta sediada no Brasil, que conduz o negócio de Franquias. A controlada Unidas Locadora de veículos Ltda. detém participação societária de 99,99% na Unidas Franquias do Brasil S.A. em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.
- Best Fleet Locadora de Veículos Ltda.
Controlada sediada no Brasil, faz parte do negócio “fleet” ou locação de frotas. A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Best Fleet Locadora de Veículos Ltda. em 31 de dezembro de 2013, sendo incorporada em 01 de fevereiro de 2014 pela controladora Unidas S.A.

Acionistas

- SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.
A SAG GEST, empresa sediada em Portugal, detém participação societária de 32,8% na Unidas S.A. em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.
- Novinela BV.
Sediada na Holanda, subsidiária da SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. A Novinela BV detém participação societária de 1,9% na Unidas S.A. em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.
- Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações e o Kinea Co-Investimento II.
Empresas sediadas no Brasil, que detém, respectivamente, participação societária de 5,4% e 16,3% na Unidas S.A. em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. São empresas geridas pela Kinea, Investimentos Ltda., uma empresa de investimentos alternativos da Companhia Itaú com gestão e operação independentes;
- Vinci Partners.
Empresa situada no Brasil, detém participação societária de 21,8% na Unidas S.A. em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. É uma empresa independente com atuação especializada em serviços de gestão de investimentos alternativos e assessoria financeira;
- GIF IV Fundo de Investimento em Participações.
Empresa situada no Brasil, que detém participação societária de 21,8% na Unidas S.A. em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. O GIF IV Fundo de Investimento em Participações é gerido pela Gávea Investimentos Ltda.

Outra empresa ligada

- Carbizz Modalidade Automotiva Ltda. (“Carbizz”)

A Carbizz é uma entidade sediada no Brasil, cujo acionista controlador é a SGC International, e presta de serviços de: (i) desmobilização de frota e preparação para a venda e; (ii) serviços relacionados com a recepção, recolhimento e venda em eventos de vendas de carros alienados para renovação da frota da Unidas S.A. A partir de setembro de 2014 sua controladora deixou de ser do grupo SAG GEST, portanto a Carbizz não é mais considerada uma parte relacionada, conforme termos descritos no CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas.

Os saldos e transações realizadas com partes relacionadas em 30 de setembro de 2014 e 2013 e 31 de dezembro de 2013 estão demonstrados a seguir:

Partes Relacionadas	Ano	Receitas	Custos	Valores a receber	Valores a pagar
Controladas					
Unidas Locadora de Veículos Ltda. (a)	30/09/2014	113.296	(8.576)	58.180	2.181
	31/12/2013	-	-	61.176	9.895
	30/09/2013	77.242	(4.841)	(*)	(*)
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (b)	30/09/2014	2	-	8.334	-
	31/12/2013	-	-	7.745	-
	30/09/2013	22	-	(*)	-
Unidas Franquias do Brasil S.A. (c)	30/09/2014	70	-	7.317	18.635
	31/12/2013	-	-	7.340	16.312
	30/09/2013	63	-	(*)	(*)
Best Fleet Locadora de Veículos Ltda.(f)	31/12/2013	-	-	2	37.588
	30/09/2013	-	-	(*)	(*)
Controladora e empresas ligadas					
SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. (d)	30/09/2014	-	-	-	1.504
	31/12/2013	-	-	-	3.556
Outra empresa ligada					
Carbizz Modalidade Automotiva (e)	30/09/2014	-	-	-	-
	31/12/2013	-	-	8.741	-
Consolidado					
	30/09/2014	-	-	-	1.504
	Circulante	-	-	-	1.504
	31/12/2013	-	-	8.741	3.556
	Circulante	-	-	8.741	3.556
Controladora					
	30/09/2014	113.368	(8.576)	73.831	22.320
	Circulante	-	-	73.831	22.320
	31/12/2013	-	-	85.004	67.351
	Circulante	-	-	85.004	67.351
	30/09/2013	77.327	(4.841)	(*)	(*)
	Circulante	-	-	(*)	(*)

- (a) O saldo de contas a receber refere-se a locação de veículos e despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da Controlada e sem remuneração, que serão liquidadas futuramente. O saldo de contas a pagar refere-se a despesas incorridas pela Controlada em favor da Companhia, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. Os valores que afetaram o resultado referem-se a receitas de locação e custos indiretos.
- (b) O saldo de contas a receber refere-se a despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente.
- (c) O saldo de contas a receber refere-se a despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. O saldo de contas a pagar refere-se a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. Os valores que afetaram o resultado referem-se ao repasse dos custos indiretos da Unidas S.A. para a Unidas Franquias, tais como despesas com pessoal, ocupação e serviços terceirizados.

- (d) O saldo de contas a pagar refere-se a captação de empréstimo com a controladora SAG GEST, captado em 29 de julho de 2013, sem incidência de juros, nem sujeito a variação cambial do Euro, com vencimento em 31 de março de 2014, prorrogado para 30 de junho de 2014 e novamente prorrogado para 07 de abril de 2016.
 - (e) O saldo de contas a receber refere-se a venda de veículos realizadas pela empresa Carbizz, o qual esta sendo liquidada mensalmente, a mesma a partir de setembro de 2014 não é mais uma parte relacionada conforme mencionado no tópico de outra empresa ligada.
 - (f) O saldo de contas a pagar referia-se a recebimento de venda de veículos que seriam liquidados futuramente. Com a incorporação da controlada foi efetuado o encontro de contas para eliminá-lo.
- (*) Para manter a comparabilidade, apresentamos no quadro acima as informações de resultado em 30 de setembro de 2013.

Em 30 de setembro de 2014, as despesas incorridas pela Companhia em favor das suas controladas ou coligadas, referem-se a custos operacionais de naturezas diversas, bem como compartilhamento de gastos entre empresas da Companhia, para o ressarcimento de despesas tais como salários e encargos trabalhistas, suportando as atividades administrativas destas empresas.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas em condições firmadas entre as partes. Os saldos em aberto em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não têm garantias, não estão sujeitos a juros e serão liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. No trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social ou quando há algum indicativo de perda por redução ao valor recuperável, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

Transações com outras partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 11 e 12, a Companhia possui aplicações em CDB's, cujo saldo consolidado em 30 de setembro de 2014 é de R\$134.618 (R\$193.171 em 31 de dezembro de 2013). Parte dessas aplicações, R\$10.464 em 30 de setembro de 2014 e R\$21.283 em 31 de dezembro de 2013, foi contratada junto ao Banco Itaú BBA, instituição financeira que é parte relacionada da Companhia através de seus acionistas Kinea I Private Equity e Kinea Co-Investimento II.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 33, as despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 da controladora e do consolidado, totalizaram R\$1.407 e R\$2.000 (R\$1.232 e R\$1.850 em 30 de setembro de 2013), respectivamente.

17 Investimentos

As participações em sociedades controladas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as informações trimestrais das empresas controladas em 30 de setembro de 2014, considerando os seguintes percentuais de participação:

	Participação no Capital Integralizado %	Equivalência Patrimonial		Valor do Investimento		Provisão para perda com investimento	
		30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Controladas:							
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	99,99%	16.710	8.073	51.503	34.792	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,99%	(17)	(21)	-	-	(7.932)	(7.915)
Best Fleet Locadora de Veículos Ltda. (*)	99,99%	1.638	13.885	-	221.457	-	-
		18.331	21.937	51.503	256.249	(7.932)	(7.915)

(*) No balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e no resultado do período até 31 de janeiro de 2014.

Informações sobre as controladas

	Unidas Locadora		Unidas Comercial		Unidas Franquias (a)		Best Fleet(b)
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	31/12/2013
Ativo	122.212	105.937	3.999	3.606	21.584	19.663	163.264
Passivo	70.709	71.145	11.931	11.521	10.921	11.261	11.547
Patrimônio líquido	51.503	34.792	(7.932)	(7.915)	10.663	8.402	151.717
Lucro líquido (prejuízo) do período	16.710	14.912	(17)	(25)	2.261	3.143	19.867

(a) Controlada indireta da Unidas S.A.

(b) A diferença entre o valor de Patrimônio Líquido e o valor de investimento refere-se aos intangíveis e ágio líquidos de impostos mencionados nas notas 20 (Intangíveis) e 25 (imposto de renda e contribuição social corrente e diferido).

18 Veículos destinados a venda

	Controladora				
	Veículos destinados à venda (a)	Veículos roubados ou sinistrados	Provisão de veículos roubados (b)	Provisão de veículos sinistrados (b)	Total
Em 31/12/2013 - Custo	82.848	50.167	-	-	133.015
Alienações	(380.604)	-	-	-	(380.604)
Transferência do imobilizado	404.148	9.536	-	-	413.684
Em 30/09/2014 - Custo	106.392	59.703	-	-	166.095
Em 31/12/2013- Depreciação acumulada	(20.382)	(6.964)	(29.521)	(1.728)	(58.595)
Reversão (constituição) de provisão para veículos roubados ou sinistrados	-	-	(5.747)	1.240	(4.507)
Alienações	113.350	-	-	-	113.350
Transferência do imobilizado	(118.706)	(1.730)	-	-	(120.436)
Aquisição de Controlada	-	-	(178)	-	(178)
Em 30/09/2014 - Depreciação acumulada	(25.738)	(8.694)	(35.446)	(488)	(70.366)
Valor residual líquido:					
Em 30/09/2014	80.654	51.009	(35.446)	(488)	95.729
Em 31/12/2013	62.466	43.203	(29.521)	(1.728)	74.420

Consolidado

	Veículos destinados à venda (a)	Veículos roubados ou sinistrados	Provisão de veículos roubados (b)	Provisão de veículos sinistrados (b)	Total
Em 31/12/2013 - Custo	90.371	50.987	-	-	141.358
Alienações	(385.228)	-	-	-	(385.228)
Transferência do Imobilizado	401.308	8.715	-	-	410.023
Em 30/09/2014 - Custo	106.451	59.702	-	-	166.153
Em 31/12/2013 – Depreciação acumulada	(23.589)	(7.259)	(29.696)	(1.727)	(62.271)
Reversão (constituição) de provisão para veículos roubados ou sinistrados	-	-	(5.747)	1.240	(4.507)
Alienações	115.364	-	-	-	115.364
Transferência do Imobilizado	(117.514)	(1.434)	-	-	(118.948)
Em 30/09/2014 – Depreciação acumulada	(25.739)	(8.693)	(35.443)	(487)	(70.362)
Valor residual líquido:					
Em 30/09/2014	80.712	51.009	(35.443)	(487)	95.791
Em 31/12/2013	66.782	43.728	(29.696)	(1.727)	79.087

- (a) Os veículos destinados à venda, estão registrados pelo custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido estimado de realização, dos dois o menor.
- (b) A provisão para veículos roubados e sinistrados refere-se exclusivamente aos veículos roubados ou sinistrados para os quais não há cobertura de seguros.

19 Imobilizado

Controladora

Custo ou avaliação:	Benf. Imoveis										Total
	Veículos	Veículos em preparação	Acessórios	Máq./Equip.	Instalações	Móv./Utens	Comp./Perif.	Terc.	Outros ativos	Imóveis	
Em 31/12/2013	900.809	16.164	13.245	718	1.354	3.026	7.127	11.175	1.948	-	955.566
Adições	497.059	-	4.893	12	-	56	459	385	189	1.000	504.053
Alienações	-	(8.705)	(4.379)	(36)	-	(160)	(200)	(117)	(1)	-	(13.598)
Transferência	(23.006)	23.006	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (Bens destinados a venda)	(413.684)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(413.684)
Incorporação de Controlada	142.562	-	-	40	-	152	222	88	-	-	143.064
Em 30/09/2014	1.103.740	30.465	13.759	734	1.354	3.074	7.608	11.531	2.136	1.000	1.175.401
Depreciação acumulada:											
Em 31/12/2013	(128.309)	-	(6.505)	(476)	(1.147)	(1.908)	(5.459)	(7.995)	(1.049)	-	(152.848)
Depreciação no período	(111.891)	-	(3.825)	(37)	(40)	(167)	(432)	(817)	(81)	-	(117.290)
Alienações	-	-	4.363	28	-	90	162	69	1	-	4.713
Transferência (Bens destinados a venda)	120.436	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.436
Incorporação de Controlada	(39.257)	-	-	(27)	-	(78)	(145)	(49)	-	-	(39.556)
Em 30/09/2014	(159.021)	-	(5.967)	(512)	(1.187)	(2.063)	(5.874)	(8.792)	(1.129)	-	(184.545)
Valor residual líquido:											
Em 30/09/2014	944.719	30.465	7.792	222	167	1.011	1.734	2.739	1.007	1.000	990.856
Em 31/12/2013	772.500	16.164	6.740	242	207	1.118	1.668	3.180	899	-	802.718

Consolidado

	Veículos	Veículos em preparação	Acessórios	Máq./Equip.	Instalações	Móv./Utens.	Comp./Perif.	Benf.Imoveis Terc.	Outros ativos	Imóveis	Total
Custo ou avaliação:											
Em 31/12/2013	1.038.640	16.164	13.707	927	2.379	4.543	9.478	22.966	3.579	-	1.112.383
Adições	498.136	(8.705)	4.996	64	-	241	734	2.249	1.570	1.000	508.990
Alienações	-	-	(4.379)	(42)	(13)	(192)	(241)	(117)	(16)	-	(13.705)
Transferência	(23.006)	23.006	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (Bens destinados a venda)	(410.023)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(410.023)
Em 30/09/2014	1.103.747	30.465	14.324	949	2.366	4.592	9.971	25.098	5.133	1.000	1.197.645
Depreciação acumulada:											
Em 31/12/2013	(164.324)	-	(6.600)	(598)	(1.827)	(2.538)	(6.778)	(12.584)	(1.814)	-	(197.063)
Depreciação no período	(113.638)	-	(3.892)	(49)	(107)	(265)	(650)	(2.383)	(200)	-	(121.184)
Alienações	-	-	4.366	31	12	109	191	69	11	-	4.789
Transferência (Bens destinados a venda)	118.948	-	-	-	-	-	-	-	-	-	118.948
Em 30/09/2014	(159.014)	-	(6.126)	(616)	(1.922)	(2.694)	(7.237)	(14.898)	(2.003)	-	(194.510)
Valor residual líquido:											
Em 30/09/2014	944.733	30.465	8.198	333	444	1.898	2.734	10.200	3.130	1.000	1.003.135
Em 31/12/2013	874.316	16.164	7.107	329	552	2.005	2.700	10.382	1.765	-	915.320

Controladora e Consolidado

Taxas médias anuais de depreciação

	30/09/2014	31/12/2013
Veículos	14%	13,6%
Acessórios	39,5%	32,6%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Instalações	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	20%
Outros ativos	20%	20%
Imóveis	4%	-

A Companhia adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados e revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e amortização.

Efeito da Redução do IPI

Para determinação da depreciação dos veículos, a Companhia baseia-se em três premissas principais: (i) comparação do valor residual do veículo com o valor de mercado de varejo; (ii) canal de venda previsto para a venda de carros alienados para renovação da frota; (iii) custos envolvidos para a venda de carros alienados para renovação da frota (custo de estrutura).

Em 21 de maio de 2012, o Governo anunciou a redução do IPI para carros novos com duração prevista até 31 de agosto de 2012, posteriormente prorrogada até 31 de dezembro de 2012. Em 1 de janeiro de 2013 ocorreu retorno parcial do IPI para os carros novos.

Desta forma, a Companhia revisou o valor residual de sua frota e concluiu que a redução do IPI para carros novos refletiu, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, em uma redução do valor residual para os carros a serem desmobilizados até 31 de dezembro de 2015 de R\$21.429. Este complemento de R\$ 324 foi registrado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.

20 Intangíveis

Controladora

	Software	Direito de uso de marca	Acordo de não competição	Ágio	Carteira de clientes	Total
Custo:						
Em 31/12/2013	20.704	7.115	-	-	-	27.819
Adições (a)	2.031	-	-	-	-	2.031
Alienações	(42)	-	-	-	-	(42)
Incorporação de controlada	62	3.109	729	48.841	17.991	70.732
Em 30/09/2014	22.755	10.224	729	48.841	17.991	100.540
Amortização acumulada:						
Em 31/12/2013	(12.957)	(553)	-	-	-	(13.510)
Amortização	(1.873)	(1.047)	(96)	-	(1.091)	(4.107)
Alienações	42	-	-	-	-	42
Incorporação de controlada	(43)	(605)	(85)	-	(954)	(1.687)
Em 30/09/2014	(14.831)	(2.205)	(181)	-	(2.045)	(19.262)
Valor residual líquido:						
Em 30/09/2014	7.924	8.019	548	48.841	15.946	81.278
Em 31/12/2013	7.747	6.562	-	-	-	14.309

Consolidado

	Software	Direito de uso de marca	Acordo de não competição	Ágio	Carteira de clientes	Total
Custo:						
Em 31/12/2013	22.158	10.223	728	48.843	17.991	99.943
Adições (a)	2.051	-	-	-	-	2.051
Alienações	(44)	-	-	-	-	(44)
Em 30/09/2014	24.165	10.223	728	48.843	17.991	101.950
Amortização acumulada:						
Em 31/12/2013	(14.260)	(1.073)	(73)	-	(818)	(16.224)
Amortização	(1.904)	(1.129)	(107)	-	(1.227)	(4.367)
Alienações	44	-	-	-	-	44
Em 30/09/2014	(16.120)	(2.202)	(180)	-	(2.045)	(20.547)
Valor residual líquido:						
Em 30/09/2014	8.045	8.021	548	48.843	15.946	81.403
Em 31/12/2013	7.898	9.150	655	48.843	17.173	83.719

(a) Refere-se principalmente a desenvolvimento de software do sistema operacional e administrativo da Companhia e controladas.

Controladora e Consolidado		
Taxas médias anuais de amortização		
	30/09/2014	31/12/2013
Software	20%	20%
Direito de uso de marca	14,78%	14,78%
Acordo de não competição	20%	20%
Carteira de clientes	9,09%	9,09%

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Montadoras de veículos	37.746	24.861	37.746	24.955
Serviços de mecânica e manutenção	747	1.822	852	2.168
Serviços de sublocação	78	142	220	605
Propaganda e marketing	304	285	304	398
Diversos fornecedores	3.203	2.071	4.071	3.478
	42.078	29.181	43.193	31.604

22 Outras contas a pagar e provisões

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Seguros a pagar	1.420	123	1.420	126
Provisões de despesas	12.308	8.185	18.334	12.942
Títulos a pagar (a)	74.708	-	74.708	-
Outras contas a pagar	325	350	476	668
	88.761	8.658	94.938	13.736

(a) Títulos a pagar decorrentes de compra de veículos para renovação da frota junto às montadoras, em que a montadora efetuou o desconto de tais títulos junto aos bancos.

23 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Vencimento	Encargos anuais médios	Moeda	Garantias(*)	30/09/14 Bruto	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Controladora e Consolidado		
								Custos de transação a apropriar	30/09/14 líquido	31/12/13 líquido
Aplicados no capital de giro										
Moeda Nacional										
BANCO ITAU	Capital de giro	Mar/14	CDI+4,86%	BRL	Veículos	-	(739)	739	-	4.091
BANCO SAFRA	Capital de giro	Nov/14	CDI+2,55%	BRL	Veículos/Recebíveis	-	(276)	276	-	11.760
BANCO CITIBANK	Capital de giro	Out/14	CDI+2,55%	BRL	Veículos	-	(826)	826	-	17.667
BANCO CITIBANK	Notas promissórias	Set/14	CDI+1,35%	BRL	n/a	-	(120)	120	-	70.206
Total em Moeda Nacional						-	(1.961)	1.961	-	103.724

(*) O valor contábil líquido dos bens dados em garantia dos empréstimos e financiamentos era de R\$ 0 (R\$25.197 em 31 de dezembro de 2013).

Notas promissórias Comerciais de Quarta Emissão

Em 19 de setembro de 2013 a Companhia realizou a quarta distribuição pública no mercado nacional, com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM nº476, de 16 de janeiro de 2009, a emissão de notas promissórias comerciais no valor de R\$70.000. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% de variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, a.a., com vencimento a cada 90 dias contados da data de emissão até a data de vencimento, em 19 de setembro de 2014, sendo esta operação coordenada pelo Banco CitiBank S/A.

A Companhia, durante o prazo de vigência destes contratos, estava sujeita ao cumprimento trimestral de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, exigíveis a partir do terceiro trimestre de 2013, tendo por base as informações trimestrais divulgadas no site da CVM.

Em 19 de setembro de 2014 as Notas Promissórias Comerciais de Quarta Emissão foram liquidadas no montante de R\$ 70.000 e R\$2.093 de juros.

24 Debêntures

												Controladora e Consolidado	
												30/09/2014	31/12/2013
Indexador	Juros	Principal circulante	Principal não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar - circulante	Custos de transação a apropriar - não circulante	Custos de transação a apropriar - Total	Total circulante	Total não circulante	Total da dívida	Total da dívida	
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	CDI 2,90% a.a	8.444	129.231	161.539	9.894	7.407	(1.363)	(1.124)	(2.487)	136.312	160.415	296.727	394.169
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	IPCA 8,39% a.a	19.386	20.000	40.000	1.884	1.410	(57)	(417)	(474)	39.329	39.583	78.912	70.674
Debêntures 3ª Emissão	CDI 1,80% a.a	748	34.272	85.728	746	237	(149)	(360)	(509)	34.871	85.368	120.239	123.353
Debêntures 4ª Emissão	CDI 1,80% a.a	9.588	-	200.000	940	201	(255)	(484)	(739)	9.333	199.516	208.849	201.600
Debêntures 5ª Emissão	CDI 1,81% a.a	633	-	120.000	821	16	(161)	(644)	(805)	472	119.356	119.828	-
		38.799	183.503	607.267	14.285	9.271	(1.985)	(3.029)	(5.014)	220.317	604.238	824.555	789.796

a) 2ª. Emissão de Debêntures

Em 15 de outubro de 2011, a Companhia realizou oferta pública de distribuição de 50.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$500.000, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A., do Banco de Investimento S.A., do Banco Bradesco BBI S.A. e do BES Investimento do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 16 de dezembro de 2011, sendo aprovada a constituição de garantias reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das debêntures, e na alienação fiduciária dos recursos depositados no Fundo de Investimento "Renda Fixa Crédito Privado Unidas Sinking Fund", destinados ao pagamento do serviço da dívida das debêntures.

A data de vencimento das debêntures da 1ª Série e a data de vencimento das debêntures da 2ª Série é de cinco anos a contar da data de emissão (15 de outubro de 2011), com vencimento final em 15 de outubro de 2016.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 2,90% ao ano, com amortizações trimestrais do valor nominal a partir de 15 de outubro de 2013 (sendo os juros remuneratórios pagos trimestralmente a partir de 15 de janeiro de 2012).

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 2ª série atualizado a partir da data de emissão pela variação do IPCA, incidem juros remuneratórios prefixados, correspondentes a 8,39% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 15 de outubro de 2013 (sendo os juros remuneratórios pagos anualmente a partir de 15 de outubro de 2012).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Informações Trimestrais consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5; e
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5.
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 30 de junho de 2011 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 30 de junho de 2011), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 30 de setembro de 2014 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	< 3,50	1,98
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	3,55
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 30 de junho de 2011	(30%)	10%

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

b) 3ª Emissão de Debêntures

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição de 12.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$120.000, sob a coordenação do do BES Investimento do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 20 de março de 2013, sendo aprovada a constituição de garantias reais e garantias adicionais reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia e pela controlada Best Fleet Locadora de Veículos.

A data de vencimento das debêntures da 3ª Emissão é de cinco anos a contar da data de emissão (11 de março de 2013), com vencimento final em 11 de março de 2018.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das Taxas médias diárias dos DI- Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,80% ao ano, com amortizações semestrais do valor nominal a partir de 11 de março de 2015.

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Informações Trimestrais consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado menor ou igual a 3,5; e.

ii. Relação EBITDA ajustado/Resultado Financeiro maior ou igual a 1,5.

iii. A Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2012), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 30 de setembro de 2014 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA Ajustado	<3,50	0,88
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelo resultado financeiro	>1,50	7,98
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012	(30%)	19%

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

c) 4ª Emissão de Debêntures

Em 04 de novembro de 2013, a Companhia realizou a oferta pública com esforços restritos de distribuição de 20.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$200.000, sob a coordenação do Banco do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 01 de novembro de 2013, sendo aprovada a constituição de garantias reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das debêntures, direitos creditórios provenientes de cartão de crédito e aplicação financeira em títulos CDB compromissadas.

A data de vencimento das debêntures da 4ª Emissão é de quatro anos a contar da data de emissão (14 de novembro de 2013), com vencimento final em 14 de novembro de 2017.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 4ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,8% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 14 de novembro de 2016 (sendo os juros remuneratórios pagos semestralmente a partir de 14 de maio de 2014).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Informações Trimestrais consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5; e
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5.
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2012), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 30 de setembro de 2014 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	<3,50	0,88
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	7,98
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012	(30%)	19%

d) 5ª Emissão de Debêntures

Em 15 de setembro de 2014, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição de 12.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$120.000, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 11 de agosto de 2014, sendo aprovada a constituição de garantias reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das debêntures, direitos creditórios provenientes de cartão de crédito e aplicação financeira em títulos CDB compromissadas.

A data de vencimento das debêntures da 5ª Emissão é de cinco anos a contar da data de emissão (15 de setembro de 2014), com vencimento final em 15 de setembro de 2019.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 5ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,81% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 15 de setembro de 2017 (sendo os juros remuneratórios pagos semestralmente a partir de 15 de março de 2015).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Informações Trimestrais consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5; e
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5.
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2013 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2013), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia levando-se em

conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 30 de setembro de 2014 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	<3,50	0,88
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	7,98
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2013	(30%)	(3%)

Em 30 de setembro 2014 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

e) Custos de transação

Os custos de transação a serem apropriados ao resultado em períodos subsequentes são compostos como segue:

Custos de transação sobre Debêntures	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Debêntures	491	1.964	1.732	520	186	121	5.014
	491	1.964	1.732	520	186	121	5.014

As debêntures a longo prazo vencem como segue:

	30/09/2014
2015	51.874
2016	281.822
2017	173.751
2018	56.912
2019	39.879
	604.238

25 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

i) Impostos diferidos no balanço patrimonial

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Prejuízo fiscal e base negativa	73.945	73.945	77.675	73.945
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	9.413	9.465	10.105	9.465
Provisão a pagar a fornecedores e outros	3.225	2.022	5.273	2.022
Provisões de veículos roubados e sinistrados	12.216	10.624	12.216	10.624
Provisão para riscos e discussões judiciais	7.467	7.224	7.517	7.224
Despesas de <i>stock options</i>	846	700	846	700
Ágio sobre diferença de base tributária	7.422	-	7.422	7.423
Alocação dos intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best Fleet	(6.224)	-	(6.224)	(6.944)
Amortização fiscal dos intangíveis	(742)	-	(742)	-
Amortização fiscal do ágio	(1.661)	-	(1.661)	-
Depreciação acumulada de veículos	(21.525)	(4.717)	(21.525)	(4.717)
Outras provisões	-	-	(634)	-
Total IR e CS diferidos ativo	84.382	99.263	90.268	99.742
Depreciação fiscal (Controlada Best Fleet)	-	-	-	(5.821)
Total IR e CS diferidos passivo	-	-	-	(5.821)
Total IR e CS diferidos líquido	84.382	99.263	90.268	93.921

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos próximos 7 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Movimento em prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias durante o ano

Controladora	Saldo em 1° de janeiro de 2014	Reconhecidos no resultado	Provenientes de combinação de negócios	Saldo em 30 de setembro de 2014
Prejuízo fiscal e base negativa	73.945	-	-	73.945
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	9.465	(52)	-	9.413
Provisão a pagar a fornecedores e outros	2.022	1.204	-	3.225
Provisões de veículos roubados e sinistrados	10.624	1.592	-	12.216
Provisão para riscos e discussões judiciais	7.224	243	-	7.467
Despesas de <i>stock options</i>	700	146	-	846
Alocação dos Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best Fleet	-	639	(6.863)	(6.224)
Ágio fiscal	-	-	7.422	7.422
Amortização fiscal do ágio	-	(1.661)	-	(1.661)
Amortização fiscal dos intangíveis	-	(742)	-	(742)
Depreciação acumulada de veículos	(4.717)	(11.074)	(5.734)	(21.525)
Total dos impostos diferidos ativos	99.263	(9.705)	(5.175)	84.382

Consolidado	Saldo em 1º de janeiro de 2014	Reconhecidos no resultado	Provenientes de combinação de negócios	Saldo em 30 de setembro de 2014
Prejuízo fiscal e base negativa	73.945	3.730	-	77.675
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	9.465	640	-	10.105
Provisão a pagar a fornecedores e outros	2.022	3.251	-	5.273
Provisões de veículos roubados e sinistrados	10.624	1.592	-	12.216
Provisões de contingências	7.224	293	-	7.517
Despesas de <i>stock options</i>	700	146	-	846
Ágio Fiscal	7.422	-	-	7.422
Alocação dos intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best Fleet	(6.943)	719	-	(6.224)
Amortização fiscal do ágio	-	(1.661)	-	(1.661)
Amortização fiscal dos intangíveis	-	(742)	-	(742)
Depreciação acumulada de veículos	(4.717)	(11.074)	(5.734)	(21.525)
Outras provisões	-	(634)	-	(634)
Total dos impostos diferidos ativos	99.742	(3.740)	(5.734)	90.268
Depreciação fiscal (Best Fleet)	(5.821)	87	5.734	-
Total dos impostos diferidos passivos	(5.821)	87	5.734	-

ii) Impostos corrente e diferido no resultado

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, nominais combinadas, e registrada no resultado.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	46.063	25.476	44.544	33.746
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	15.661	8.662	15.145	11.474
Equivalência patrimonial	(6.233)	(7.458)	-	-
Multas de trânsito fiscais	550	785	651	904
Despesas indedutíveis	59	102	83	175
Provisões para contingências	243	233	177	221
Despesas de depreciação (a)	(10.437)	-	(10.350)	(818)
Provisão a pagar a fornecedores e outros	995	(200)	107	262
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(77)	(823)	(158)	(2.828)
Provisões veículos roubados e sinistrados	1.532	2.439	1.532	2.500
Despesas de <i>stock options</i>	146	332	146	332
Prejuízo fiscal e base negativa	(174)	(1.222)	(174)	(1.222)
Adicional de IR	(18)	(18)	(38)	(50)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(1.046)	(1.150)
Amortização fiscal dos intangíveis	(742)	-	(742)	235
Amortização fiscal do ágio	(1.661)	-	(1.661)	-
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	156	2.832	3.672	10.035
Crédito de impostos diferidos	9.705	1.222	3.653	1.805
Total de imposto de renda e contribuição social	9.861	4.054	7.325	11.840
Alíquota efetiva	21%	16%	16%	35%

(a) Entre setembro de 2009 e setembro de 2013, a Companhia utilizava (para fins fiscais) a mesma taxa de depreciação que era utilizada para fins contábeis; porém, a partir de outubro de 2013, alterou o procedimento fiscal passando a considerar a diferença gerada na base dos impostos diferidos.

A diferença de R\$501 (R\$485 em 30 de setembro de 2013) entre o imposto de renda e contribuição social demonstrado no resultado consolidado e a nota explicativa acima refere-se a controlada indireta Unidas Franquias a qual é calculada pelo regime de tributação do lucro presumido.

A composição dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais	215.845	216.065	234.935	238.216
Bases negativas da contribuição social	221.211	221.431	240.797	244.078

O prejuízo fiscal e a base negativa não têm prazos determinados para compensação, porém, tal compensação está limitada a 30% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

26 Provisão para riscos e discussões judiciais e depósitos judiciais

A Companhia está se defendendo de demandas judiciais de caráter cível, trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a provisão para riscos e discussões judiciais constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como mais provável que não, com base na opinião de seus advogados e consultores legais externos. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão para riscos e discussões judiciais, e os respectivos depósitos judiciais, por natureza, estão apresentados a seguir:

	Controladora						Consolidado					
	Saldos em 31/12/12	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2013	Dep judiciais 31/12/2013	Saldos em 31/12/12	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2013	Dep judiciais 31/12/2013
Tributárias	15.801	-	535	(746)	15.590	14.759	18.059	399	653	(1.165)	17.946	14.899
Cíveis	1.370	3	323	(19)	1.677	468	1.370	3	323	(19)	1.677	469
Trabalhistas	3.017	-	989	(26)	3.980	3.047	3.017	-	989	(26)	3.980	3.047
	20.188	3	1.847	(791)	21.247	18.274	22.446	402	1.965	(1.210)	23.603	18.415

	Controladora						Consolidado					
	Saldos em 31/12/13	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 30/09/2014	Dep judiciais 30/09/2014	Saldos em 31/12/13	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 30/09/2014	Dep judiciais 30/09/2014
Tributárias	15.590	-	376	(511)	15.455	15.460	17.946	-	582	(721)	17.807	16.135
Cíveis	1.677	-	192	(418)	1.451	499	1.677	-	191	(417)	1.451	499
Trabalhistas	3.980	15	1.062	-	5.057	4.500	3.980	15	1.062	-	5.057	4.434
	21.247	15	1.630	(929)	21.963	20.459	23.603	15	1.835	(1.138)	24.315	21.068

a) Processos com perda provável

Processos cíveis

A Companhia está se defendendo de ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de sua frota, em que se pleiteiam danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos, para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas. A composição de tais processos é pulverizada, e estes se encontram em diferentes instâncias judiciais, não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos. A Companhia mantém ainda depósitos judiciais para parcela dessas discussões.

Não é possível apontar a tendência majoritária da jurisprudência sobre os processos de natureza cível, pois os mesmos versam, em sua maioria, sobre acidentes automobilísticos. As decisões judiciais acerca desse tipo de acidente são proferidas com base nas circunstâncias de cada acidente e nas provas apresentadas em cada caso, ou seja, não possuem padrão estabelecido.

Processos trabalhistas

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias, verbas salariais, férias, comissões e reconhecimento de vínculo empregatício para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas.

As decisões judiciais acerca de discussões laborais com relação às horas extras e pagamentos de verbas trabalhistas são proferidas com base nas circunstâncias e nas provas apresentadas em cada caso, e, considerando a composição pulverizada dos referidos processos, não é possível apresentar posição clara da jurisprudência sobre esses assuntos. Entretanto, com relação a reconhecimento de vínculo empregatício de empregados contratados por meio de cooperativa, existe entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que a cooperativa não passa de uma mera fornecedora de mão de obra, não havendo impedimento para o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com esta e a Companhia. Entendemos que há probabilidade da Companhia enfrentar decisões desfavoráveis nesses casos, razão pela qual foram constituídas provisões relativas à esses processos.

Processos tributários

A provisão para riscos tributários foi constituída principalmente pelo não recolhimento do PIS no período de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no período de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas provenientes da locação de veículos.

Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que as locações de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deveriam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2010, a Companhia depositou judicialmente as quantias de R\$10.092 e R\$440 referentes à COFINS e ao PIS, respectivamente. O depósito foi efetuado, pois a União Federal ingressou com Execução Fiscal para instrumentalizar a cobrança dos valores mencionados. A Companhia mantém a provisão no montante de R\$15.455 e R\$ 17.807 em 30 de setembro de 2014, na controladora e consolidado, respectivamente (R\$15.590 e R\$ 17.946 em 31 de dezembro de 2013, na controladora e no consolidado, respectivamente). A Companhia aguarda julgamento em segunda instância inferior pelo Tribunal Regional Federal.

b) Processos e discussões com perda possível

Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia referem-se basicamente a ações cíveis, trabalhistas e tributárias de mesma natureza daqueles mencionados anteriormente. Esses processos totalizam, aproximadamente, R\$128.123 em 30 de setembro de 2014 na controladora e no consolidado (R\$126.871 em 31 de dezembro de 2013, na controladora e no consolidado).

Em 21 de maio de 2009, a Secretaria da Receita Federal emitiu à Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos principalmente a dedutibilidade da amortização de ágio nos exercícios compreendidos entre 2004 e 2007, no valor total de R\$31.837.

A Companhia, por discordar dos fundamentos que presidiram a emissão dos referidos autos, instaurou, com observância dos prazos legais aplicáveis, processos de impugnação administrativa em relação a cada um deles. Em 01 de março de 2010, os processos de impugnação na esfera administrativa foram julgados parcialmente procedentes e apresentados os recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento.

Entretanto, na opinião da Administração, suportada em pareceres emitidos por seus assessores jurídicos, são possíveis as chances de perda na instância final dos referidos processos, motivo pelo qual não foi constituída provisão correspondente na informação trimestral relativa ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Na data de emissão dessas informações trimestrais, os referidos autos encontravam-se em instâncias superiores e inferiores.

27 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está representado por 54.076.223 ações ordinárias normativas correspondentes a R\$744.025.

A Composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão resumidas a seguir:

	<u>30/09/2014 e 31/12/2013</u>	
	Quantidade de	
	<u>ações</u>	<u>%</u>
SAG GEST Soluções automóvel globais, SGPS, S.A.	17.760.190	32,8
Novinela B.V.	1.031.362	1,9
Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações	2.940.389	5,4
Kinea Co-Investimento II Fundo de Investimento em Participações	8.821.168	16,3
Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Participações	11.761.557	21,8
GIF IV Fundo de Investimento em Participações	11.761.557	21,8
	54.076.223	100

b) Reserva de capital – Ágio

A Companhia constituiu reserva especial de ágio, no valor de R\$33.431, correspondente ao valor do benefício fiscal (66%) decorrente da amortização de ágio apurado pela antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda. (“Uninfra”) absorvido na incorporação dessa empresa. A reserva especial de ágio poderá ser capitalizada ao final de cada exercício social, na medida em que o benefício fiscal tenha sido realizado mediante uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela Companhia. A realização fiscal desse crédito beneficia indistintamente todos os acionistas da Companhia nas datas da sua realização.

c) Reserva de opções

A Companhia constitui reserva de opções registrada no patrimônio líquido correspondente ao plano de remuneração baseado em ações, conforme descrito na nota explicativa 28.

d) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias que tenham efeito diluidor.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para o trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valores por ação e quantidade de ações):

Básico:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Numerador		
Lucro líquido do período	36.718	21.422
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	54.076.223	54.076.223
Denominador para lucros diluídos por ação	54.076.223	54.076.223
Lucro básico por ação ordinária	0,68	0,39

Diluído:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013(*)
Numerador		
Lucro líquido do período	36.718	21.422
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	54.076.223	54.076.223
Efeito da conversão de bônus de subscrição	915.969	915.969
Denominador para lucros diluídos por ação	54.992.192	54.992.192
Lucro diluído por ação ordinária	0,68	0,39

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, todas as opções foram excluídas do cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias diluídas, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo.

(*)Para fins de comparabilidade, o lucro básico e diluído por ação ordinária de 30 de setembro de 2013 foi recalculado considerando o grupamento das ações ocorrido em 22 de julho de 2013.

28 Plano de remuneração baseado em ações

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2012, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia, de opções de compra de ações a profissionais elegíveis, membros da administração e empregados da Companhia e de suas controladas, os quais são definidos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os Participantes adquirirão, a cada 12 (doze) meses contados (i) do dia 13 de julho de 2011, (ii) da data do efetivo ingresso do Participante como colaborador da Companhia (caso tal ingresso tenha ocorrido após 13 de julho de 2011) ou (iii) outra data a ser estabelecida pelo Comitê de Gestão do Plano, independentemente da data de efetivo ingresso do Participante como colaborador da Companhia, desde que, em nenhuma hipótese, anteriormente a data de ingresso do Participante na Companhia ou 13 de julho de 2011, o que por último tiver ocorrido, conforme aplicável, o direito a $\frac{1}{4}$ (um quarto) das Opções que lhes couberem, conforme o pertinente programa / respectivo Contrato (“*Vesting*”).

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*.

O prazo de exercício das Opções *Vested* encerrar-se-á (i) no prazo de 2 (dois) anos a contar da data em que ocorrer um Evento de Liquidez ou (ii) no prazo de 2 (dois) anos contados da data em que se verificar o *Vesting* da totalidade das Opções do Participante, o que por último ocorrer (“Termo da Opção”). Sem prejuízo, o Comitê de Gestão do Plano poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de *Vesting* ou de Termo da Opção, inclusive a fim de estender o prazo em questão e/ou seu escalonamento.

Em Reunião do Comitê de Gestão do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 29 de junho de 2012, foi aprovado o Primeiro Programa do Plano no qual a Companhia outorgou opções de compra aos beneficiários.

Foi estabelecido para o Plano um número máximo de 2.253.176 Opções, que corresponde a uma diluição máxima de 4% do total de 56.329.399 ações (número que corresponde à soma das 54.076.223 ações atualmente emitidas com as 2.253.176 ações a emitir nos termos do Plano) estando atualmente ativas 2.135.780 opções ao abrigo do Programa acima referido.

O saldo registrado no patrimônio líquido como Reserva de Opções em 30 de setembro de 2014 foi de R\$2.487 (R\$2.060 em 31 de dezembro de 2013).

Abaixo demonstração da movimentação do preço médio ponderado das ações:

Data		Quantidade de ações	Quantidade de opções	Preço médio ponderado da ação em Reais
13/06/2011	Início do plano	285.138.784	11.405.551	2,23
31/12/2012	Saldo final	285.138.784	11.405.551	2,41
22/07/2013	Valores após o ajuste participação	432.609.784	17.304.391	1,06
22/07/2013	Grupamento	54.076.223	2.163.049	8,50
31/12/2013	Saldo final	54.076.233	2.163.049	9,77
30/09/2014	Saldo final	54.076.233	2.163.049	10,20 (*)

(*) Variação do preço médio devido atualização pelo índice IPCA acumulado.

29 Receita Líquida

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos:

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013
Receita bruta	235.807	640.590	175.597	497.521	288.409	805.768	244.961	677.616
Impostos sobre vendas	(10.315)	(29.223)	(8.020)	(23.904)	(14.050)	(41.468)	(13.314)	(37.770)
Descontos e cancelamentos	(8.614)	(20.026)	(17.352)	(32.394)	(12.423)	(29.325)	(21.918)	(39.809)
Receita líquida	216.878	591.341	150.225	441.223	261.936	734.975	209.729	600.037

A composição da receita líquida reconhecida durante o período em cada categoria significativa é como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013
Receita de terceirização de frota (Fleet)	68.984	202.533	58.077	173.715	69.370	208.697	74.931	213.911
Receita de locação (Rent a car)	30.642	79.724	19.586	56.632	75.317	214.790	58.134	160.163
Carros alienados para renovação da frota	117.252	309.084	72.562	210.876	117.249	311.488	76.664	225.963
	216.878	591.341	150.225	441.223	261.936	734.975	209.729	600.037

30 Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013
Custos fixos (Recuperação de custos)	313	1.542	792	1.023	(10.118)	(30.768)	(9.662)	(27.924)
Custos de depreciação e amortização	(40.068)	(117.640)	(35.464)	(106.361)	(40.087)	(119.454)	(40.544)	(118.588)
Custos com pessoal	(2.842)	(6.290)	(1.298)	(5.909)	(14.790)	(34.896)	(8.845)	(26.280)
Reversão de provisão	3.405	3.405	-	-	4.903	4.903	-	-
Custos de manutenção e logística	(21.548)	(60.113)	(17.615)	(50.580)	(28.194)	(88.601)	(28.833)	(80.956)
Custos de alienação para renovação de veículos da frota	(97.868)	(265.553)	(64.279)	(186.502)	(97.863)	(268.196)	(68.169)	(200.107)
Provisão de veículos roubados e sinistrados	(808)	(4.507)	(3.491)	(7.174)	(808)	(4.507)	(3.489)	(7.352)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS associados aos custos	7.272	20.791	5.885	16.957	7.637	22.500	6.709	19.230
	(152.144)	(428.365)	(115.470)	(338.546)	(179.320)	(519.019)	(152.833)	(441.977)

31 Comerciais

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013
Despesas com pessoal	(1.561)	(3.778)	(1.511)	(4.374)	(3.182)	(7.678)	(2.740)	(7.969)
Comissões com agências	(9)	(40)	(1)	(11)	(2.030)	(6.292)	(1.610)	(4.512)
Comissões com vendas	(523)	(1.332)	(371)	(1.320)	(1.287)	(2.842)	(473)	(1.565)
Propaganda e marketing	(608)	(3.404)	(1.589)	(3.934)	(2.266)	(7.493)	(3.254)	(7.778)
Reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	3.288	156	3.085	2.421	5.141	464	6.115	8.317
Perdas com incobráveis (a)	(7.245)	(7.951)	(2.785)	(3.698)	(10.210)	(11.898)	(3.610)	(9.103)
Outras	(278)	(972)	(28)	(59)	388	(606)	(129)	(286)
	(6.936)	(17.321)	(3.200)	(10.975)	(13.446)	(36.345)	(5.701)	(22.896)

(a) As perdas com incobráveis referem-se a títulos que já estavam provisionados para perda estimada e foram baixados do contas a receber, provocando um reversão na rubrica de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e um aumento de perdas com incobráveis.

32 Gerais e administrativas

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013
Despesas com pessoal	(6.801)	(20.357)	(6.293)	(17.556)	(9.340)	(27.708)	(8.450)	(23.930)
Despesas com ocupação/aluguel	(812)	(2.134)	(753)	(1.944)	(882)	(2.317)	(793)	(2.056)
Despesas de comunicação	(539)	(1.611)	(695)	(2.221)	(633)	(1.854)	(748)	(2.367)
Serviços de terceiros	(4.861)	(12.383)	(3.468)	(9.740)	(5.600)	(14.066)	(3.815)	(10.517)
Despesas gerais	(1.880)	(5.285)	(1.622)	(4.828)	(2.214)	(6.100)	(1.747)	(5.407)
Depreciação e amortização	(1.360)	(3.759)	(706)	(2.294)	(2.719)	(7.976)	(2.508)	(6.025)
	(16.253)	(45.529)	(13.537)	(38.583)	(21.388)	(60.021)	(18.061)	(50.302)

33 Honorários da administração

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013
Remuneração da diretoria e conselho de administração	(482)	(1.407)	(423)	(1.232)	(681)	(2.000)	(607)	(1.850)

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global aos diretores e membros do Conselho de Administração de até R\$6.250 para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 (R\$5.500 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

34 Despesas financeiras

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013
Despesas de juros	(25.353)	(77.083)	(18.928)	(52.143)	(25.370)	(77.194)	(18.842)	(52.132)
Outras despesas financeiras	(2.924)	(6.168)	(1.154)	(3.443)	(3.882)	(8.955)	(1.863)	(4.431)
	(28.277)	(83.251)	(20.082)	(55.586)	(29.252)	(86.149)	(20.705)	(56.563)

35 Receitas financeiras

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013	Trimestre atual 01/07/2014 a 30/09/2014	Acumulado atual 01/01/2014 a 30/09/2014	Trimestre do exercício anterior 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do exercício anterior 01/01/2013 a 30/09/2013
Receitas de juros	684	1.432	437	1.441	888	2.052	602	1.814
Receitas de aplicações financeiras	4.641	14.902	1.157	6.327	4.660	14.963	1.165	6.336
Variações monetárias e cambiais ativas	15	61	42	44	22	68	42	44
Outras receitas financeiras	6	7	-	1	5	20	4	17
	5.346	16.402	1.636	7.813	5.575	17.103	1.813	8.211

36 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Unidas no decurso da sua atividade está exposta a variações de taxas de juros e de taxas de câmbio. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de estratégias operacionais e controles internos com o objetivo de assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	119.923	204.195	122.852	210.794
Aplicações financeiras de uso restrito (Nota 12)	69.187	50.930	69.187	50.930
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber (Nota 13)	115.575	85.380	202.565	173.057
Total	304.685	340.505	394.604	434.781
Passivos pelo custo amortizado				
Fornecedores (Nota 21)	(42.078)	(29.181)	(43.193)	(31.604)
Adiantamentos de clientes	(3.674)	(3.339)	(4.091)	(5.535)
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	-	(103.724)	-	(103.724)
Debêntures (Nota 24)	(824.555)	(789.796)	(824.555)	(789.796)
Total	(870.307)	(926.040)	(871.839)	(930.659)

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes recorrentes e por aplicações financeiras. Para mitigar estes riscos a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das informações trimestrais são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	119.923	204.195	122.852	210.794
Aplicações financeiras de uso restrito (Nota 12)	69.187	50.930	69.187	50.930
Contas a receber (Nota 13)	115.575	85.380	202.565	173.057
Total	304.685	340.505	394.604	434.781

b) Risco de liquidez

A administração da liquidez é efetuada diariamente pela área Tesouraria da Companhia, com a verificação de todas as premissas de desembolsos e receitas, tais como a manutenção de reserva de caixa em aplicações financeiras de curto prazo (a fim de evitar o inadimplemento de contratos com fornecedores) e o monitoramento da dívida bruta e da dívida líquida total em cada instituição financeira. Esses controles são feitos com o objetivo de atender os compromissos financeiros da Companhia, garantindo a sua operação e expansão.

Também com o objetivo de mitigar o risco de liquidez, são prospectadas e identificadas as várias alternativas de captação de recursos disponíveis, para várias maturidades e abrangendo tanto o mercado local quanto o internacional.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Consolidado 30/09/2014					
	Contábil	Fluxo de contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos						
Fornecedores (Nota 21)	(42.078)	(42.078)	(42.078)	-	-	-
Adiantamentos de clientes	(3.674)	(3.674)	(3.674)	-	-	-
Debêntures (Nota 24)	(824.555)	(1.028.588)	(274.857)	(257.796)	(450.395)	(45.540)
Total	(870.307)	(1.074.340)	(320.609)	(257.796)	(450.395)	(45.540)

c) Risco de taxa de juros

A Companhia possui quase a totalidade de seu equivalentes de caixa e do seu endividamento, indexados à variação do CDI e ao IPC-A.

A exposição a estes ativos e passivos a taxa variável são monitorados ativamente pela administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Equivalentes de caixa (Nota 11)	119.923	204.195	122.852	210.794
Aplicações financeiras de uso restrito (Nota 12)	69.187	50.930	69.187	50.930
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	-	(103.724)	-	(103.724)
Debêntures (Nota 24)	(824.555)	(789.796)	(824.555)	(789.796)
Exposição líquida (IPCA e CDI)	(635.445)	(638.395)	(632.516)	(631.796)

Análise de sensibilidade

Conforme requerido pela ICVM 475/08 a Companhia também efetuou testes de deterioração das taxas do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme demonstrado:

c1) Variação da taxa do CDI

Em 30 de setembro de 2014, o saldo de equivalentes de caixa e aplicações financeiras indexados ao CDI é de R\$184.440 (R\$250.923 em 31 de dezembro de 2013) e o de endividamento (incluindo contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures) é de R\$747.802 (R\$822.847 em 31 de dezembro de 2013).

Variação da taxa do CDI

Operação	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa real do CDI em 30/09/2014	12,62%	12,62%	12,62%
Taxa anual efetiva do CDI conforme cenários previstos	12,62%	15,78%	18,93%
Dívida indexada ao CDI	(745.643)	(745.643)	(745.643)
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras indexadas ao CDI	184.440	184.440	184.440
Dívida líquida	(561.203)	(561.203)	(561.203)
Efeito nas despesas financeiras			
Conforme taxas efetivas	(70.824)	(70.824)	(70.824)
Conforme cenários previstos	(70.824)	(88.558)	(106.236)
Aumento nas despesas financeiras	-	(17.734)	(35.412)

c2) Variação da taxa do IPC-A

Em 30 de setembro de 2014, o saldo de endividamento indexado ao IPC-A (incluindo contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures) é de R\$78.912 (R\$70.674 em 31 de dezembro de 2013).

Variação do IPC-A

Operação	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa do IPCA acumulada dos últimos 12 meses em 30/09/2014	6,75%	6,75%	6,75%
Taxa anual estimada do IPCA conforme cenários propostos	6,32%	7,90%	9,48%
Dívida indexada ao IPCA	(78.912)	(78.912)	(78.912)
Efeito nas despesas financeiras			
- Conforme taxas efetivas	(12.394)	(12.394)	(12.394)
- Conforme cenários previstos	(12.026)	(13.378)	(14.729)
Aumento nas despesas financeiras	368	(984)	(2.335)

d) Risco de taxa de câmbio

O contrato de mútuo celebrado com a SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A não possui risco da taxa de câmbio, pois o respectivo valor foi fixado em reais.

e) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e valores justos estimados para ativos e passivos financeiros são como segue:

	30/09/2014				31/12/2013			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	119.923	119.923	122.852	122.852	204.195	204.195	210.794	210.794
Aplicações financeiras de uso restrito	69.187	69.187	69.187	69.187	50.930	50.930	50.930	50.930
Contas a receber	115.575	115.575	202.565	202.565	85.380	85.380	173.057	173.057
Créditos com empresas ligadas	73.831	73.831	-	-	85.004	85.004	8.741	8.741
Outros créditos	5.695	5.695	7.232	7.232	4.300	4.300	5.508	5.508
Total	384.211	384.211	401.836	401.836	429.809	429.809	449.030	449.030

	30/09/2014				31/12/2013			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(103.724)	(103.724)	(103.724)	(103.724)
Debêntures	(824.555)	(831.550)	(824.555)	(831.550)	(789.796)	(795.469)	(789.796)	(795.469)
Fornecedores	(42.078)	(42.078)	(43.193)	(43.193)	(29.181)	(29.181)	(31.604)	(31.604)
Débitos com empresas ligadas	(22.320)	(22.320)	(1.504)	(1.504)	(67.351)	(67.351)	(3.556)	(3.556)
Adiantamentos de clientes	(3.674)	(3.674)	(4.091)	(4.091)	(3.339)	(3.339)	(5.535)	(5.535)
Outras contas a pagar	(76.453)	(76.453)	(76.604)	(76.604)	(473)	(473)	(794)	(794)
Total	(969.080)	(976.075)	(949.947)	(956.942)	(993.864)	(999.537)	(935.009)	(940.682)

A Administração entende que os instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, créditos e débitos com empresas ligadas, fornecedores, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar, os quais são reconhecidos nas informações trimestrais consolidadas pelo seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, em razão principalmente do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às do balanço.

f) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros, são apresentados conforme tabela abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Controladora				Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
30 de setembro de 2014								
Caixa e equivalentes de caixa	7.285	112.638	-	119.923	7.599	115.253	-	122.852
Aplicações financeiras de uso restrito	-	69.187	-	69.187	-	69.187	-	69.187
Total	7.285	181.825	-	189.110	7.599	184.440	-	192.039
	Controladora				Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2013								
Caixa e equivalentes de caixa	5.123	199.072	-	204.195	10.845	199.949	-	210.794
Aplicações financeiras de uso restrito	-	50.930	-	50.930	-	50.930	-	50.930
Total	5.123	250.002	-	255.125	10.845	250.879	-	261.724

g) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros usado pela Companhia e suas controladas utilizam para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram e gerenciam permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, sendo os principais índices de endividamento Total Debt / EBITDA e Net Debt / EBITDA.

h) Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Comitê Diretor da Companhia monitora constantemente as operações financeiras da companhia para que não haja contratação de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (“hedge”) considerados padrão e com riscos conhecidos (“plain-vanilla” no termo em inglês). Os resultados obtidos com estas

operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

37 Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

		Controladora e Consolidado
Ativos segurados	Modalidade	30/09/2014
Veículos	Cobertura total (Danos Materiais)	461.771
Veículos	Cobertura de terceiros (Danos Pessoais e Morais)	995.630
Veículos	Cobertura de terceiros (Danos Materiais)	1.228.808
Predial	Cobertura total (Danos Materiais)	14.662
		2.700.871

38 Compromissos

A Companhia conduz, diretamente, operações de locação de veículos em 24 aeroportos, enquanto seus franqueados conduzem operações de locação de veículos em outros 18 aeroportos. Essas operações em aeroportos no Brasil que a Companhia conduz são efetuadas nos termos de diversos contratos de concessão outorgados pela INFRAERO, autoridades aeroportuárias estaduais e autoridades aeroportuárias municipais cujos prazos variam de 12 a 60 meses, e podem ser renovados por períodos de até 60 meses adicionais, a critério do ente público concedente.

Das mencionadas concessões feitas diretamente à Companhia, nenhuma termina em 2014 e em 2015, 4 terminam em 2016, 9 em 2017, 7 em 2018, 3 em 2019, 1 em 2020 e 1 em 2022.

Adicionalmente, a Companhia aluga imóveis para instalação de suas lojas próprias. A tabela seguinte demonstra as obrigações decorrentes de compromissos de aluguel das lojas em 30 de setembro de 2014:

Obrigações com aluguéis	Número de lojas	Valor
2014	25	4.156
2015	25	9.977
2016	21	8.755
2017	12	6.368
2018	5	2.586
2019	2	366
2020	1	254
2021	1	251
2022	1	21
		32.734

39 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- i) que podem obter receitas e incorrer em despesas;

- ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração.

Para fins de administração, a Companhia é dividida em três segmentos de negócio operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Fleet: divisão responsável pelo aluguel de frotas para pessoas jurídicas por períodos que variam normalmente entre 12 e 48 meses. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a divisão de “fleet” aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, através das lojas próprias de semi-novos;
- RAC: divisão responsável pelo aluguel de carros em agências localizadas em aeroportos e fora de aeroportos. Os aluguéis são realizados para clientes pessoas físicas em viagens de negócios ou lazer e para pessoas jurídicas, incluindo companhias seguradoras. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a frota do “rent a car” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 24 meses, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais através das lojas próprias de semi-novos;
- Carros alienados para renovação de frota (seminovos): Como atividade operacional adicional, a Companhia possui estrutura própria para a venda dos carros desativados do seu ativo fixo em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização dos carros nas atividades de aluguel. Possui 17 lojas de venda de carros alienados para renovação da frota, localizadas em 04 Estados do Brasil.

Apresentamos a seguir as demonstrações de resultados dos negócios operacionais:

Segmento	Fleet		RAC		Seminovos		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receita líquida	208.697	213.911	214.790	160.163	311.488	225.963	734.975	600.037
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota	(99.036)	(111.636)	(132.715)	(113.861)	(287.268)	(216.480)	(519.019)	(441.977)
Lucro bruto	109.661	102.275	82.075	46.302	24.220	9.483	215.956	158.060
Comerciais	(14.823)	(7.876)	(17.552)	(11.493)	(3.970)	(3.527)	(36.345)	(22.896)
Gerais e administrativas	(26.474)	(20.383)	(26.283)	(22.893)	(7.264)	(7.026)	(60.021)	(50.302)
Honorários da administração	(1.189)	(1.101)	(415)	(383)	(396)	(366)	(2.000)	(1.850)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(4.126)	(2.312)	(203)	1.016	329	382	(4.000)	(914)
Despesas financeiras, líquidas	(36.743)	(30.812)	(31.527)	(16.200)	(776)	(1.340)	(69.046)	(48.352)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre os lucros	26.306	39.791	6.095	(3.651)	12.143	(2.394)	44.544	33.746



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Unidas S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Unidas S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 3 de novembro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Executivos da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Cincinato Braga nº 388, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Unidas relativas ao período findo em 30 de setembro de 2014.

São Paulo, 03 de novembro de 2014.

Pedro Roque de Pinho de Almeida – Diretor Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Horácio Sarquis - Diretor

Levi Ávila da Fonseca Filho - Diretor

Fernando Ribaldo Ribeiro - Diretor

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Executivos da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Cincinato Braga nº 388, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as informações trimestrais da Unidas, referente ao período findo em 30 de setembro de 2014.

São Paulo, 03 de novembro de 2014.

Pedro Roque de Pinho de Almeida – Diretor Presidente
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho – Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores
Carlos Horácio Sarquis - Diretor
Levi Ávila da Fonseca Filho - Diretor
Fernando Ribaldo Ribeiro - Diretor